

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOLOGIA

LÍVIA MARIA TERAN CAVALCANTI

**O QUE A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DIZ SOBRE O RACISMO:
UM MAPEAMENTO A PARTIR DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

GOIÂNIA

2022

15/07/2022 15:16

SEI/UFG - 2835205 - Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): LÍVIA MARIA TERAN CAVALCANTI

Título do trabalho: "O QUE A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DIZ SOBRE O RACISMO: UM MAPEAMENTO A PARTIR DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA"

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA MARIA TERAN CAVALCANTI, Discente**, em 15/07/2022, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2835205** e o código CRC **EFE71B86**.

Referência: Processo nº 23070.018264/2022-13

SEI nº 2835205

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOLOGIA

LÍVIA MARIA TERAN CAVALCANTI

**O QUE A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DIZ SOBRE O RACISMO:
UM MAPEAMENTO A PARTIR DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, pela Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima.

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cavalcanti, Livia Maria Teran
O QUE A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DIZ SOBRE O
RACISMO [manuscrito] : UM MAPEAMENTO A PARTIR DA REVISÃO
INTEGRATIVA DA LITERATURA / Livia Maria Teran Cavalcanti. -
2022.

LXXIV, 74 f.

Orientador: Prof. Dr. Priscilla Melo Ribeiro de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia,
2022.

Bibliografia. Anexos.

Inclui tabelas.

1. Análise do comportamento. 2. Preconceito racial. 3. Revisão
integrativa. I. Lima, Priscilla Melo Ribeiro de, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 14 dias do mês de abril do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**O QUE A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DIZ SOBRE O RACISMO: UM MAPEAMENTO A PARTIR DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**", de autoria de LÍVIA MARIA TERAN CAVALCANTI, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima (orientadora - FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: profa. Dra. Elisa Tavares Sanabio Heck (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Tavares Sanabio Heck, Professora do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2835166** e o código CRC **F7345C3E**.

Agradecimentos

Em poucos momentos do meu contexto insuportavelmente recente de vida adulta me encontrei com a oportunidade formal de realizar um agradecimento. E não é que o tal do TCC oferece um espaço ideal pra isso?

Em primeiro lugar, deixo meus agradecimentos a Deus e a minha família, em particular meus pais e irmã, que tanto me acompanharam na vida, mas que nessa reta final de graduação acompanharam de forma tão íntima os meus altos e baixos no processo de produção. Desde as piadas EXTREMAMENTE (e sempre queridas, agora que escrevi o que havia de ser escrito) inconvenientes até o conforto emocional e físico dessa rede de apoio tão incrível, consegui caminhar até o fim desse objetivo particular.

E falando em rede de apoio, deixo os meus sinceros agradecimentos aos meus amigos que também caminharam comigo nesses últimos meses, e me ouviram (ou efetivamente não ouviram, porque amo fugir de assuntos desconfortáveis) reclamar/sofrer com o TCC e de uma forma ou de outra, acreditaram em mim, mais até do que eu.

Áurea, minha amiga tão querida, foi fundamental no processo básico de “respira-amiga-não-surta” e eu não poderia deixar de te agradecer pelas bombas que desarmou pelo caminho, sempre com tanto carinho e preocupação, sua bondade e doçura não só me inspiram como me ajudaram e muito na produção dessa peripécia acadêmica que me propus.

Gabriella, ou como deveria estar em sua certidão de nascimento, Cherry, também gostaria de agradecer à parte, por todas as vezes me fazer respirar fundo, sair um pouco de casa e me divertir minimamente, para que eu encontrasse novos sorrisos e novas experiências, sempre me dando esperanças de que um dia acreditarei ser essa pessoa incrível que algumas pessoas importantes da minha vida me dizem ser.

Dedico um agradecimento singelo, mas não menos sincero que os anteriores para Baltazar, Isadora, Gabriella, Gabriel, Ronise, Marcus Vinícius e Ana Flávia, sem vocês nada disso seria possível.

Por fim, gostaria de agradecer à minha orientadora, Priscilla, que foi verdadeira pulsão de vida (ha, olha um Freud aqui) num contexto de produção em que eu não imaginei ser possível chegar ao fim. Priscilla, ou simplesmente prof, você sempre foi tão acolhedora desde a primeira palestra que assisti no miniauditório da Faculdade de Educação... Não sei se me esquecerei tão cedo do convite sem hesitação que me fez para fazer iniciação científica com você justamente quando eu reclamava que queria muito fazer uma ic em pleno primeiro período de curso. Fiz na época? Não fiz, mas o acolhimento não foi esquecido. É engraçado pensar nisso hoje, especialmente depois de ter feito contigo a pesquisa mais importante da minha graduação, com direito a epistemologias distantes e algumas risadas.

Também agradeço à minha professora Elisa, que eu pretendo perturbar até o final dos meus dias por ter tido a *audácia* de romper com todas as minhas expectativas; que insiste em me acolher de maneiras que só percebo depois de algumas (várias) análises funcionais; que me ensina a ser uma versão mais tranquila de mim; e que fez da Análise do Comportamento meu amor à primeira privação — minha identificação enquanto “ratinher” é produto de incontáveis contingências ao longo de minha história, mas eu jamais esperaria que não ter nenhuma das disciplinas de formação básica em Análise do Comportamento com a professora analista do comportamento da Faculdade de Educação fizesse parte dessa história.

“Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história, sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.”

(Chimamanda Adichie)¹

¹ Traduzido por Erika Rodrigues e revisado por Belucio Haibara.

Resumo

A partir da concepção da Análise do Comportamento enquanto ciência que investiga sistematicamente as interações entre organismo e ambiente, diversos autores como Guerin (1992/2009), Holland (1978), Moore (2003) e Skinner (1978) discutem sobre a possível relação entre a Análise do Comportamento e questões sociais, e destacam a potencialidade da Análise do Comportamento, enquanto ciência, na superação de diversas mazelas sociais, como a má distribuição de renda, a fome, o analfabetismo, o sexismo e o racismo etc. Com essas considerações e concebendo o racismo enquanto questão socialmente relevante a ser superada, a presente pesquisa teve como objetivo mapear a produção analítico-comportamental nacional da última década acerca do racismo. Para tanto, foi efetuada uma revisão integrativa da literatura a respeito do assunto, que seguiu um caminho de seis etapas, a partir do proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010), as quais caracterizam-se por: 1. Elaboração da pergunta norteadora; 2. Busca ou amostragem na literatura; 3. Coleta de dados; 4. Análise crítica dos estudos incluídos; 5. Discussão dos resultados; 6. Apresentação da revisão integrativa. Foram utilizadas como bases de dados o SciELO, o PePSIC, a versão de assinantes do Portal de Periódicos CAPES e os principais periódicos da área de Análise do Comportamento. Foram elencadas 11 palavras de busca, divididas em duas categorias: Fundamentação Teórica de Interesse e Temática de Interesse. A categoria Fundamentação Teórica de Interesse (FTI) foi composta por quatro termos de busca: “Análise do Comportamento”, “Behaviorismo”, “IRAP” e “Equivalência de Estímulos”. A categoria Temática de Interesse (TDI) foi composta por sete termos de busca: “racismo”, “negra”, “negritude”, “negro”, “preconceito racial”, “raça” e “viés racial”. A busca foi feita por intermédio da associação dos termos de buscas entre as duas categorias, num total de 28 combinações possíveis. Foram encontrados sete artigos para análise, confirmando o caráter incipiente das produções analítico-comportamentais a respeito da temática, mas ainda assim foi possível aferir uma interpretação predominante do preconceito racial enquanto comportamento verbal. Nesse sentido, foram identificadas como principais ferramentas teórico-metodológicas na área, o paradigma de equivalência de estímulos, bem como a Teoria das Molduras Relacionais (RFT). A maior limitação da área ainda está relacionada à criação de intervenções eficazes na redução do preconceito racial, e ao caráter igualmente incipiente frente às particularidades do racismo brasileiro. Sugere-se para pesquisas futuras, a exploração de mais bancos de dados, e a diversificação de buscadores, considerando o acréscimo da teoria de molduras relacionais como um campo a ser explorado.

Palavras-chave: Análise do comportamento; Preconceito racial; Revisão integrativa.

Abstract

From the conception of behavior analysis as a science that systematically investigates the interactions between organism and environment, several authors such as Guerin (1992/2009), Holland (1978), Moore (2003) and Skinner (1978) discuss the possible relationship between behavior analysis and social issues, and highlight the potential of behavior analysis, as a science, in overcoming various social ills, such as poor income distribution, hunger, illiteracy, sexism and racism, etc. With these considerations and conceiving racism as a socially relevant issue to be overcome, the present research aimed to map the national behavioral-analytic production of the last decade about racism. Therefore, an integrative review of the literature on the subject was carried out, which followed a six-step path, based on the one proposed by Souza, Silva and Carvalho (2010), which are characterized by: 1. Elaboration of the guiding question; 2. Search or sampling in the literature; 3. Data collection; 4. Critical analysis of included studies; 5. Discussion of results; 6. Presentation of the integrative review. SciELO, PePSIC, the subscribers' version of the CAPES Periodicals Portal and the main periodicals in the area of behavior analysis were used as databases. Eleven search words were listed, divided into two categories: Theoretical Basis of Interest and Thematic of Interest. The Theoretical Foundation of Interest (FTI) category was composed of four search terms: "Behavior Analysis", "Behaviorism", "IRAP" and "Stimuli Equivalence". The Thematic of Interest (TDI) category was composed of seven search terms: "racism", "black", "blackness", "black", "racial prejudice", "race" and "racial bias". The search was performed by associating search terms between the two categories, in a total of 28 possible combinations. Seven articles were found for analysis, confirming the incipient character of analytical-behavioral productions on the subject, but it was still possible to assess a predominant interpretation of racial prejudice as a verbal behavior. In this sense, the stimulus equivalence paradigm and the Relational Frame Theory (RFT) were identified as the main theoretical-methodological tools in the area. The greatest limitation of the area is still related to the creation of effective interventions to reduce racial prejudice, and to the equally incipient nature of the particularities of Brazilian racism. It is suggested for future research, the exploration of more databases, and the diversification of search engines, considering the addition of relational frames theory as a field to be explored.

Key-words: Behavior analysis; Racial prejudice; Integrative review.

Sumário

Resumo	5
Abstract	6
Considerações iniciais	8
Capítulo 1	12
Análise do comportamento e racismo	12
1.1 A Análise do Comportamento, a análise experimental do comportamento e o behaviorismo: uma visão de mundo e sua história no Brasil	12
1.2 Racismo à brasileira: da história à contemporaneidade	20
1.3 Análise do comportamento e racismo: sua existência no contexto brasileiro	22
Capítulo 2	25
Revisão integrativa e discussão dos resultados	25
2.1 Percurso metodológico	25
2.1.1 Plataformas de Busca	27
2.2 Resultados	28
2.2.1 Seleção dos dados	28
2.2.2 Organização dos dados.	33
2.2.3 Integração e comparação dos dados	55
Considerações finais	60
Referências	61
Anexos	64
ANEXO A — Exemplo de instrumento para coleta de dados	64
ANEXO B — Artigo Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”	65
ANEXO C — Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes	66
ANEXO D — Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios	67
ANEXO E — Racismo Institucional: Aspectos Comportamentais e Culturais da Abordagem Policial	68
ANEXO F — Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo	69
ANEXO G — Preconceito racial: viés na mensuração de atitudes produzido por controle de estímulos	70
ANEXO H — Utilizando o Go-IRAP para mensurar vieses raciais em policiais	71

Considerações iniciais

Ao longo de minha formação acadêmica, dentre os diversos caminhos que poderia ter seguido, a Análise do Comportamento emergiu como forma de compreensão do mundo, e daquilo que um dia me foi genericamente apresentado como fenômeno psicológico. Compartilhando da definição de João Cláudio Todorov e Elenice S. Hanna (2010) de que a Análise do Comportamento é uma forma de estudar o objeto da Psicologia e não uma de suas áreas, passei a exercitar o treino gradual dessa nova maneira de compreender o mundo.

Não pretendo mascarar minha visão de mundo ou propor uma suposta neutralidade, uma vez que acredito, plenamente, que todo e qualquer trabalho de caráter acadêmico necessariamente parte de um ponto de vista particular, e com isso, possua pré-concepções que podem, ou não, estar claras no texto escrito. Isso não significa abrir mão do rigor conceitual ou metodológico — que certamente retomará sua aparência neutra na linguagem impessoal empregada nas demais seções desta pesquisa —, mas tomo a liberdade de expressar, na maior crueza e personalidade possível, nessas considerações iniciais, qual é o lugar que parto para tentar estudar o tema que me propus a estudar.

Nesse sentido, gostaria de destacar um antigo incômodo pessoal e que foi acolhido pela orientadora da presente pesquisa de que há, na Análise do Comportamento, quiçá em toda a Psicologia, uma grande lacuna no que diz respeito à compreensão da subjetividade de pessoas negras (e questões relacionadas) enquanto fenômeno psicológico. Essa impressão particular, através da experiência de graduação, infelizmente não se restringe à percepção pessoal, uma vez que há subsídios científicos que corroboram essa impressão.

Martins e Colosso (2013) apresentam, em sua análise exploratória de artigos brasileiros de Psicologia focalizando o tema das relações étnico-raciais, entre 2000 e 2009, nas plataformas SciElo e Lilacs, que entre os 41 resultados a Psicologia Social emergiu como principal área de concentração dos estudos com 16 artigos. Além disso, as autoras também relatam que muitos artigos sequer mencionam o referencial teórico adotado, ou ainda, que há artigos em que ocorre a utilização de mais de um referencial teórico, o que impossibilitaria, segundo elas, uma análise adequada desse componente. Contudo, no relato das autoras aparecem 12 artigos cujo referencial teórico estava, de alguma forma, explícito, e entre eles tem-se: sete artigos vinculados à teoria crítica, três artigos vinculados à psicanálise, e dois artigos vinculados à psicologia analítica. A ausência da Análise do Comportamento é, para mim, um incômodo.

A revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial de

Sacco, Couto e Koller (2016) encontrou 77 resultados a partir das bases de dados da SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC, Index Psi, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), e PsycINFO. Dentre os resultados, as autoras apontam, acerca da natureza dos estudos, 35 artigos de caráter teórico e 42 artigos de caráter empírico. Além disso, apontam a Psicologia Social, em uma ampla variedade de vertentes, como a base teórica mais utilizada, seguida da Psicanálise. Novamente a ausência da Análise do Comportamento emerge, e com ela, meu incômodo pessoal.

Tratando-se especificamente da Análise do Comportamento, existem exemplos de pesquisas similares. A publicação de Mizael, Gomes e Silva (2019), por exemplo, intitulada “Negritude e Análise do Comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo” e a dissertação de Lima (2020) intitulada “Uma revisão de literatura sobre questões raciais voltada para a negritude pela abordagem da análise do comportamento”, estabelecem algumas considerações da análise do comportamento sobre o racismo.

Na primeira pesquisa, há a conclusão das autoras de que é evidente a escassez de estudos com relação à negritude na análise do comportamento, uma vez que encontraram apenas dez resultados a partir de sua busca nos principais periódicos nacionais e internacionais de análise do comportamento, sendo que apenas um dos resultados está publicado em língua portuguesa. Na segunda pesquisa, a autora aponta 25 resultados a partir de sua busca feita nas plataformas CAPES e *Science Direct*, e salienta a presença feminina marcante nas publicações, e a presença pequena de autores negros quando comparada à presença de autores brancos. Cabe ressaltar que a grande parte dos trabalhos revisados por Lima (2020) foi de artigos publicados em língua inglesa (apenas 2, dos 24 resultados, estavam publicados em língua portuguesa).

Haja vista a confirmação da literatura do meu incômodo pessoal, fui confrontada com diversas perguntas: por que a análise do comportamento pesquisa e teoriza pouco sobre o fenômeno comportamental que é o preconceito racial? por que a análise do comportamento fala tão pouco sobre negritude? o que a análise do comportamento brasileira fala sobre o racismo?

Retomando a questão de que a Psicologia, em outras fundamentações teóricas que não se relacionam com a análise do comportamento, possui mais pesquisas relacionadas a questões raciais, o livro *Tornar-se Negro* (1983/2019), da psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza, certamente foi um marco na história da Psicologia enquanto referência inaugural de um ensaio teórico, descrito nas palavras da autora como

anseio e tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade. Ele é um olhar que se volta em direção à experiência de ser-se negro numa sociedade branca. De classe e ideologia dominantes brancas. De estética e comportamentos brancos. De exigências e expectativas brancas. Este olhar se detém, particularmente, sobre a experiência emocional do negro que, vivendo nessa sociedade, responde positivamente ao apelo da ascensão social, o que implica na decisiva conquista de valores, status e prerrogativas brancos. (p. 28)

A autora, ainda em sua introdução, justifica a produção de sua obra em uma dupla perspectiva: histórica e emocional. A primeira centra-se na “constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, a esse nível, elaborado pelo negro, acerca de si mesmo” (p. 28) e a segunda, tão pessoal quanto a primeira, refere-se a emoção diante da “presença insólita ou grande ausente dos trabalhos acadêmicos” (p. 28).

A noção de lacunas teóricas na Psicologia sobre questões relacionadas à população negra, e mais, a ausência de publicações ou discursos de autores negros para pessoas negras, expressa de forma mais pessoal e íntima por Souza (1983/2019), não é recente. A Psicologia está regulamentada como profissão no Brasil desde 1962, de acordo com a lei nº 4.119/62, e em 1983, 21 anos depois, Neuza Santos Souza publicou sua obra *Tornar-se Negro*, mas já se passaram quase 40 anos desde sua publicação e a realidade não parece ter mudado muito.

Decerto, no movimento de descortinar minhas parcialidades nas considerações iniciais, gostaria de pontuar que sou uma pesquisadora branca. Nesse sentido, reconheço as minhas limitações intrínsecas ao meu processo de socialização no que diz respeito às vivências de pessoas negras. Isso não me isenta, no entanto, da possibilidade de posicionamento enquanto pesquisadora e enquanto analista do comportamento em formação, de buscar a compreensão do fenômeno, indubitavelmente complexo, que é o preconceito racial; ou de adotar uma posição crítica frente à omissão histórica, tanto da Psicologia quanto da Análise do Comportamento, da construção de conhecimentos científicos que investiguem o tema.

Diversos autores discutem a possível relação entre a Análise do Comportamento e questões sociais, como Guerin (1992/2009), Holland (1978), Moore (2003) e Skinner (1978). Esses autores destacam a potencialidade da Análise do Comportamento, enquanto ciência, na superação de diversas mazelas sociais, como a má distribuição de renda, a fome, o analfabetismo, o sexismo, o racismo, etc. No entanto, é evidente como, apesar da possibilidade, essa relação entre Análise do Comportamento e a superação do racismo ainda é

— no maior dos eufemismos acadêmicos — incipiente.

Me proponho, com esta pesquisa, tentar compreender o preconceito racial no Brasil a partir da Análise do Comportamento. Justifico-me a partir do reconhecimento da omissão e silêncio gritantes da Análise do Comportamento — historicamente constituída por outras pessoas brancas — e tentativa, também incipiente, de romper com os silêncios e com as lacunas presentes na área.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é mapear o que a Análise do Comportamento diz sobre o racismo em contexto nacional nos últimos dez anos. Para tanto, como objetivos específicos foram elencados os pontos: mapear quais artigos foram publicados nos últimos dez anos, com a fundamentação teórica explícita da Análise do Comportamento, se relacionam com a temática do racismo de alguma forma; investigar quais as similaridades e diferenças desses artigos; analisar quais os principais conceitos da Análise do Comportamento presentes nesses artigos; e identificar qual a concepção de racismo presente nesses artigos.

Capítulo 1

Análise do comportamento e racismo

1.1 A Análise do Comportamento, a análise experimental do comportamento e o behaviorismo: uma visão de mundo e sua história no Brasil

Explicar o que seria a Análise do Comportamento a partir de seu criador, Burrhus Frederic Skinner, certamente se configura em um desafio, uma vez que as prerrogativas e explicações acerca dessa ciência estão diluídas em diversas obras do autor. Nesse sentido, em uma espécie de preocupação didática, diversos autores comentadores buscaram não só compilar as principais premissas de Skinner, mas também explicá-las da forma mais objetiva possível.

Entre as principais características básicas a serem apontadas, é possível definir a Análise do Comportamento como uma ciência que investiga, sistematicamente, as interações entre organismo e ambiente, sendo o organismo todo aquele ser capaz de operar, via comportamentos, mudanças no ambiente e o ambiente, por sua vez, tudo aquilo que seleciona o comportamento dos organismos, por intermédio de consequências (LEONARDI; VELASCO, 2010; MOREIRA; MEDEIROS, 2019; BAUM, 2019; SKINNER, 1974/2006; TODOROV, 1982).

Antes da discussão acerca dos componentes da síntese supracitada, é preciso comentar sobre algumas diferenças básicas entre Análise do Comportamento, análise experimental do comportamento e behaviorismo. De maneira sintética, o behaviorismo, enquanto termo genérico, tem múltiplos significados dependendo do contexto em que for empregado, contudo, o behaviorismo radical emerge enquanto posição epistemológica de Burrhus Frederic Skinner, que se vale dele enquanto filosofia da ciência para construir a ciência Análise do Comportamento (TODOROV; HANNA, 2010).

A partir de uma constatação lógica, apoiada em observações não sistemáticas do comportamento humano (por exemplo, quando alguém tenta antecipar como determinada pessoa irá falar ou agir em determinada situação), Skinner compreende o comportamento como um conjunto de relações ordenadas e que, a partir de um estudo científico, essa compreensão poderia ser complementada, e esse estudo científico se constituiria na construção da ciência Análise do Comportamento — que pode abarcar análises funcionais

experimentais, a chamada análise experimental do comportamento, bem como análises funcionais não experimentais (TODOROV; HANNA, 2010).

Skinner, em sua obra “Sobre o behaviorismo” (1974/2006), efetua a distinção entre Análise do Comportamento e behaviorismo radical; sendo o primeiro termo a definição de uma ciência básica e aplicada, relacionada ao campo da biologia, com o objetivo de explicar, interpretar, prever e controlar o comportamento humano; e o segundo, uma filosofia da ciência, que se configura como principal aparato epistemológico para compreender seu objeto de estudo (TODOROV, 1982; LEONARDI; VELASCO, 2018). Skinner (1974/2006) efetua uma breve análise histórica do behaviorismo e apresenta o behaviorismo metodológico de Watson — proposto em seu manifesto de 1913 — como uma posição filosófica e política necessária à época, para que sua Psicologia fosse considerada cientificamente válida. Contudo, Skinner (1974/2006) aponta também que erros foram cometidos, de modo que o behaviorismo metodológico seria uma filosofia que “ignora a consciência, os sentimentos e os estados mentais” (p. 187), e nesse sentido, poderia ser — como de fato foi — criticada.

No entanto, Skinner (1974/2006) apresenta um behaviorismo distinto, o qual nomeia behaviorismo radical, e que ele, por sua vez

não nega a possibilidade da auto-observação ou do autoconhecimento, ou sua possível utilidade, mas questiona a natureza daquilo que é sentido ou observado e, portanto, conhecido. Restaura a introspecção, mas não aquilo que os filósofos e os psicólogos introspectivos acreditavam “esperar”, e suscita o problema de quanto de nosso corpo podemos realmente observar (p. 19).

Skinner (1974/2006), ao propor o behaviorismo radical enquanto epistemologia distinta às demais de sua época, aponta para uma visão de mundo que essencialmente nega o mentalismo enquanto explicação causal de fenômenos psicológicos e coloca em evidência as variáveis externas (ambiente):

A afirmação de que os behavioristas negam a existência de sentimentos, sensações, ideias e outros traços da vida mental precisa ser bem esclarecida. O behaviorismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico excluíam os acontecimentos privados porque não era possível um acordo público acerca de sua validade. [...] O behaviorismo radical, todavia, adota uma linha diferente. Não nega a possibilidade da auto-observação ou do autoconhecimento ou sua possível utilidade, mas questiona a natureza daquilo que é sentido ou observado, e portanto, conhecido. [...] O behaviorismo radical [...] não insiste na verdade por consenso e pode, por isso, considerar os acontecimentos ocorridos no mundo privado e dentro da pele. Não considera tais acontecimentos inobserváveis e não os descarta como subjetivos. Simplesmente questiona a natureza do objeto observado e a fidedignidade das observações (p. 18-19).

É a partir dessa visão de mundo que Skinner se propõe a compreender o comportamento enquanto objeto de estudo da Psicologia, e o autor, buscando a construção de uma ciência do comportamento, compreende o comportamento enquanto um fenômeno ordenado e com regularidades (Todorov, 1982). Portanto, como algo que pode ser estudado sistematicamente a partir de uma observação científica cuidadosa.

Destaca-se o caráter monista, materialista, determinista, externalista e selecionista do behaviorismo radical (LEONARDI; VELASCO, 2018; TODOROV, 1982; SKINNER, 1974/2006). Monista e materialista porque organismos e ambiente constituem-se da mesma matéria; externalista porque rejeita-se o mentalismo como explicação causal dos fenômenos comportamentais; determinista porque atribui-se ao ambiente a importância de sua consideração enquanto variável relevante na influência ao comportamento; selecionista porque as interações entre organismo e ambiente, por ocorrerem de forma ordenada, suscitam a noção de uma influência indissociável entre ambos, sendo a ideia de consequência fundamental para a compreensão dessa influência (LEONARDI; VELASCO, 2018; TODOROV, 1982; SKINNER, 1974/2006, SKINNER, 1981/2007).

Nesse sentido, diversos autores, como Todorov (1982), Leonardi e Velasco (2018), Baum (2019) e Moreira e Medeiros (2019), de modo a sintetizar a proposta skinneriana, apontam a Análise do Comportamento enquanto uma espécie de linguagem científica, distinta de sua filosofia, tal qual foi proposta por Skinner, o behaviorismo radical. Vale ressaltar que esses autores também apontam e discutem a existência de múltiplos behaviorismos, no entanto, a presente pesquisa se restringirá à proposta skinneriana de Análise do Comportamento apoiada pelo behaviorismo radical, e se apoiará na brilhante síntese de Todorov (1982) de que:

A Análise do Comportamento é uma linguagem da psicologia que vê seu objeto como o estudo de interações organismo-ambiente. Interessa-se especialmente pelo homem, mas estuda também interações envolvendo outros animais sempre que houver algum motivo para supor que tais estudos possam ajudar no esclarecimento de interações homem-ambiente (p. 14).

Ainda, destaca-se que o ambiente é compreendido não enquanto lugar, mas sim um conjunto de variáveis complexas que afetam o comportamento do organismo (MOREIRA; MEDEIROS, 2019). Todorov (1982) argumenta que é possível decompô-lo em partes – histórico, biológico, físico e social, segundo Todorov e Hanna (2010) – enquanto recurso de análise útil ao analista do comportamento, uma vez que existem múltiplos fatores que

participam indissociavelmente das interações entre organismo e ambiente. Ainda, Todorov (1982) comenta que sem essa decomposição, o todo permanece ininteligível, todavia, uma ênfase exclusiva nas partes pode levar a uma compreensão equivocada do investigado, sendo necessário, portanto, um movimento constante de ir e vir de modo a se intercalar às partes que compõem o todo, para compreender as interações entre organismo e ambiente. E entre essas interações entre organismo e ambiente, para explicá-las, emerge enquanto modo causal, a noção de seleção por consequências para Skinner (1981/2007). Restrita aos seres vivos ou às máquinas construídas por eles, a seleção por consequências pode ser avaliada em três diferentes níveis: o filogenético, o ontogenético e o cultural.

Conforme Skinner (1981/2007), cada nível possui uma especificidade de interesse a uma ciência em particular, mas um ponto comum a cada nível, nasce da constatação de que é a partir da seleção natural que os comportamentos são selecionados e mantidos, independentemente do caráter biológico, psicológico ou cultural analisado. A seleção natural essencialmente propõe que o ambiente é a variável fundamental para selecionar e manter determinadas características nas espécies, e o mesmo pode ser dito aos comportamentos dos organismos (SKINNER, 1981/2007). Esse modo causal remove dos organismos o papel de causadores, ou agentes originários de suas ações e evidencia o ambiente como responsável para a seleção e manutenção desses comportamentos. Entre as implicações desse olhar, a mais fundamental relaciona-se com o fim do negligenciamento das condições ambientais, que podem ser deliberadamente modificadas para resolver problemas (SKINNER, 1981/2007).

Skinner (1981/2007) aponta o recorte filogenético de seleção comportamental por consequências ambientais como uma forma de explicar os comportamentos reflexos, selecionados a partir da história evolutiva das espécies, comuns aos indivíduos de uma mesma espécie, e de maneira geral, sistematicamente explorada pela Biologia. Ao recorte ontogenético por sua vez, conforme Skinner (1981/2007), relacionam-se os comportamentos individuais e específicos próprios de cada organismo. E ainda de acordo com o autor, esses comportamentos são responsáveis por operarem no ambiente, modificando-o e produzindo consequências, de maneira que, analogamente ao recorte anterior, há uma seleção do(s) comportamento(s) mais apto(s) às contingências ambientais vigentes em determinado contexto. Quanto ao recorte cultural, conforme Skinner (1981/2007), destacam-se os comportamentos selecionados comuns a determinado(s) grupo(s), numa espécie de complexificação do(s) comportamento(s) operante(s), uma vez que envolvem mais organismos nessa relação de seleção ambiental, e sobrevivência desse determinado grupo.

Em suma, Skinner (1981/2007) aponta o comportamento humano como produto

simultâneo e conjunto da seleção natural, que atua a partir de contingências de sobrevivência em nível filogenético; e a partir de contingências de reforçamento em nível social e cultural, alternando-se entre estes recortes o nível de complexidade.

Retomando o texto de 1974, Skinner (1974/2006) expressa uma perspectiva pessoal de que a ciência é mal compreendida, especialmente a que busca compreender o comportamento humano, uma vez que seus resultados geralmente se restringem ao escopo de seus especialistas — os quais “raramente fazem qualquer esforço para explicar seus resultados àqueles que não são especialistas” (p. 10). De maneira geral, o autor defende a análise experimental do comportamento como uma disciplina que formula, a partir das análises dos comportamentos dos organismos individuais num ambiente cuidadosamente controlado, a relação entre comportamento e ambiente. No entanto, ressalta-se que a Análise do Comportamento não é apenas uma ciência de caráter laboratorial e experimental. Inclusive, Todorov (1982) sintetiza a análise experimental do comportamento enquanto ciência que se utiliza dos instrumentos de relações funcionais e de relações entre contingências para se efetuar o estudo das interações entre organismo e ambiente, propostas por Skinner.

Além disso, didaticamente, Todorov (1982) explica que

O experimentador manipula contingências em busca de relações funcionais e das condições (variáveis de contexto) nas quais podem ser observadas. Um sistema de relações funcionais constituirá uma teoria útil se vier acompanhado de especificações de onde, no ambiente externo, as variáveis independentes e as variáveis de contexto devem ser encontradas. Interações organismo-ambiente ocorrem sempre no tempo. Nosso objeto de estudo não é uma coisa, mas um processo. A maior importância dada aos esforços de quantificação, nos últimos tempos, tem levado os estudos de análise experimental do comportamento a uma preocupação com processos estáveis. Para a Análise do Comportamento, e em especial para a resolução de problemas práticos pelo psicólogo, interessam também, e muito, as informações sobre processos em estágio de transição. Quando uma nova contingência entra em vigor, seus efeitos dependerão dos processos de interação que estão ocorrendo. O psicólogo experimental pode dispor as condições mais adequadas (ou menos inadequadas) para estudar essas transições, e também para estudar interações dos efeitos de diversas variáveis. O psicólogo no exercício profissional, entretanto, se defronta com um problema prático. A identificação dos processos de interação quase nunca pode ser feita após minucioso estudo experimental acerca de quais, dentre possíveis variáveis, estão presentes no caso que tem em mãos. O psicólogo depende, nessas circunstâncias, da linguagem teórica da Análise do Comportamento para orientá-lo na identificação dos processos e nas possíveis intervenções. Ao refletir sobre essa linguagem e sobre sua aplicabilidade à realidade em que se vive, o psicólogo contribui para os trabalhos de análise conceitual e de revisão conceitual (p. 22)

Em suma, a Análise do Comportamento compreendida enquanto linguagem científica possibilita uma compreensão e comunicação relativamente uniforme entre os diversos

profissionais associados à Análise do Comportamento, desde pesquisadores e estudantes a psicólogos clínicos (TODOROV; HANNA, 2010). O comportamento é um fenômeno de caráter complexo, e estudá-lo pode ser feito a partir de múltiplos prismas, sejam eles experimentais, casuais, clínicos, ou mesmo prescritivos à moral (TODOROV; HANNA, 2010).

Nesse sentido, desenha-se um triângulo entre teoria, pesquisa básica e pesquisa aplicada como idealização de funcionamento da Análise do Comportamento, em que todos poderiam e deveriam, sob o escopo da Análise do Comportamento, compreender os mais diversos e complexos fenômenos nas relações organismo-ambiente. No entanto, Todorov e Hanna (2010) apontam uma severa crítica a essa configuração, apontando a realidade que há apenas dois caminhos de comunicação, em formato de “V”, sendo o vértice a teoria que tão somente dialoga com as pesquisas e que estas não interagem entre si. Nas palavras dos autores: “Não há comunicação entre pesquisa e atuação profissional a não ser via vértice, a teoria. Da mesma forma, a atuação profissional alimenta a pesquisa via teoria” (TODOROV; HANNA, 2010, p. 146). Considerando-se esta crítica, é possível admitir a possibilidade da existência de uma lacuna teórica na Análise do Comportamento acerca das questões raciais, que por sua vez, resulta na baixa produção acadêmica de teor comportamental, conforme discutido na seção anterior da presente pesquisa.

Sintetizando a discussão apresentada, cita-se Leonardi e Velasco (2018) que afirmam que

o estudo científico do comportamento orientado pela filosofia behaviorista radical - monista, determinista, externalista e selecionista - levou à descoberta de leis gerais do comportamento, organizadas em princípios teórico-conceituais cuja compreensão é essencial para a prática do analista do comportamento em qualquer âmbito profissional (p. 73).

Agora, tratando-se da história da Análise do Comportamento no Brasil, bem como o histórico brasileiro a respeito da formação de analistas do comportamento, existem algumas particularidades que devem ser consideradas. Todorov e Hanna (2010) apontam a amizade entre B. F. Skinner e Fred Keller como fundamental para o desenvolvimento científico dos dois, e destacam a obra *Princípios de Psicologia*, de Keller e Schoenfeld, como marco histórico da Análise do Comportamento, e que possibilitaria a posterior publicação da obra *Ciência e comportamento humano*, de Skinner. Inclusive, os autores ressaltam que esses foram os primeiros livros dessa nova proposta de estudo da Psicologia a serem traduzidos no Brasil.

Todorov e Hanna (2010) discutem que a influência americana no contexto educacional nacional existiria desde a II Guerra Mundial, mas que só foi a partir de 1961, com a visita de Keller ao Brasil, para lecionar na Universidade de São Paulo (USP), que a Análise do Comportamento encontraria um espaço, até então desconhecido, para seu desenvolvimento. Os autores comentam sobre como o Brasil, à época, possuía limitados espaços para a formação de psicólogos, e nos poucos locais onde existia essa formação, ela se restringia à influência de professores europeus importados, que também trouxeram com eles, autores europeus (e.g. Freud, Piaget, Kurt Lewin, Anastasi, Moreno, Klinenberg, entre outros). Ainda de acordo com Todorov e Hanna (2010), Keller encontraria, na USP, um cenário em que tanto a Análise do Comportamento quanto Skinner eram, até então, desconhecidos, e nesse contexto, o professor americano ministrou, apesar da falta de estrutura laboratorial no departamento de Psicologia, “o primeiro curso de Análise do Comportamento da América Latina, na disciplina Psicologia Experimental, oferecida no terceiro ano da graduação” (p. 147).

Todorov e Hanna (2010) apontam que, de maneira geral, o curso foi bem-sucedido, e devido à adesão de alguns professores assistentes, bem como à formação dos primeiros alunos desse curso, experimentos foram feitos e publicados em periódicos relevantes à área, como o *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (JEAB). Graças a Keller, grandes nomes do contexto nacional em Análise do Comportamento puderam se constituir enquanto tais, como Carolina Bori e Rodolpho Azzi (os professores assistentes), ou Maria Amélia Matos, Dora Fix Ventura, Mário Guidi, Margarida Windholz, Vera Konigsberger, Maria Inês Rocha e Silva (alguns dos primeiros alunos do curso).

Entre outros efeitos desse sucesso, Todorov e Hanna (2010) comentam sobre a chegada de novos pesquisadores americanos, como John Gilmour (Gil) Sherman, que veio ao Brasil de modo a reproduzir o sucesso de Keller, e a Análise do Comportamento foi expandida para a Universidade de Brasília (UnB). A instituição formalmente convidou Keller, Sherman, Bori e Azzi para a construção e implantação de um curso de Psicologia, e assim o fizeram a partir do desenvolvimento e aplicação de um Sistema Personalizado de Ensino - PSI, próprio de Keller (TODOROV; HANNA, 2010).

Seria a partir dessa construção e parceria que se daria, em agosto de 1964, a implantação do curso de Psicologia na UnB. João Cláudio Todorov já fazia parte do grupo de criação do curso de Psicologia na UnB desde 1963 como instrutor, sendo que o até então recém-graduado foi, ao longo desse contexto, peça-chave para a disseminação da Análise do Comportamento no Brasil, por efetuar a tradução de diversas obras, em parceria com Keller

(TODOROV; HANNA, 2010). Contudo, em outubro de 1965, no contexto histórico da ditadura militar brasileira, a UnB passou por uma forte crise política e diversos professores foram demitidos, outros se demitiram posteriormente em protesto, e os pesquisadores americanos já não estavam presentes na Universidade desde 1964 (TODOROV; HANNA, 2010). Esse movimento ocasionou a dissolução do grupo original liderado por Carolina Bori e Fred Keller, mas o semestre introdutório de análise experimental do comportamento, parte do desenvolvimento do PSI, sobreviveu e na maioria dos cursos de psicologias nacionais existe uma versão similar presente (TODOROV; HANNA, 2010).

É notório o caráter historicamente recente da implementação da Análise do Comportamento no Brasil. Com apenas 61 anos desde a primeira visita de Fred Keller, a influência direta desse autor e de seus colaboradores pode ser facilmente mapeada no decorrer das gerações formadas de analistas do comportamento até os alunos de graduação e pós-graduação espalhados pelo Brasil nas mais diversas instituições de ensino superior atualmente. Nomes apontados por Todorov e Hanna (2010) como fundamentais na divulgação, criação de novos centros de pesquisa e formação e/ou para o desenvolvimento de conhecimento em Análise do Comportamento, em sua maioria, mantêm até a presente data a mesma atividade e influência, como

Adélia M. S. Teixeira, Angela Duarte, Antonio Bento A. de Moraes, Antonio de Freitas Ribeiro, A. Celso N. Goyos, Caio Miguel, Carolina Lampréia, Célia M. L. C. Zannon, Deisy das Graças de Souza, Emmanuel Z. Tourinho, Hélio Guilhardi, Jorge M. Oliveira Castro, José Lino O. Bueno, Josele Abreu Rodrigues, Julio C. de Rose, Laércia A. Vasconcelos, Lincoln S. Gimenes, Lorismário E. Simonassi, Lúcia C. A. Williams, Maly Delitti, Maria Amália Andery, Maria Helena Hunziker, Maria Martha Hübner, Maria Stella A. Gil, Nilza Micheletto, Olavo F. Galvão, Roberto Banaco, Silvio Botomé, Sonia B. Meyer (p. 151).²

Além do caráter recente de implementação e desenvolvimento da Análise do Comportamento no Brasil apontados por Todorov e Hanna (2010), os autores também atribuem a esse mapeamento a influência direta ou indireta dessa disseminação aos centros de Psicologia da USP ou da UnB, e destacam os esforços de Carolina Bori como fundamentais na inclusão do conteúdo de psicologia como ciência natural em todos os cursos de graduação de grandes centros de formação em Psicologia nacionais.

No entanto, os autores também efetuam uma crítica relevante em que apontam muitos

² Alguns nomes foram omitidos desta citação por não se enquadrarem como membros ativos de divulgação e disseminação da Análise do Comportamento no Brasil até a presente data desta pesquisa.

currículos universitários como incipientes no que diz respeito à Análise do Comportamento. Argumentam que apesar dos progressos obtidos nas últimas décadas nos mais variados temas, a Análise do Comportamento ainda é restrita a poucas disciplinas e a conceitos básicos, não promovendo uma ampliação do contato do aluno com essa ciência (TODOROV; HANNA, 2010). Essa crítica, somada à recenticidade histórica da Análise do Comportamento no Brasil e à crítica de que não há uma comunicação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, pode ser compreendida como um indicativo de que a Análise do Comportamento brasileira, apesar de seu progresso, falha em cumprir sua pretensão mais essencial à nível básico de formação. E considerando as lacunas existentes a respeito de uma variável tão historicamente presente no ambiente como o racismo, nota-se uma espécie de falha da própria Análise do Comportamento no que diz respeito ao jogo de ir e vir entre o todo e suas partes, e sua essencial premissa de previsão, controle, interpretação e explicação do comportamento.

1.2 Racismo à brasileira: da história à contemporaneidade

Almeida (2019) discute o caráter relacional e histórico do termo raça, aferindo historicamente a utilização do termo raça enquanto fenômeno moderno cujo objetivo é estabelecer classificações e diferenciações, a princípio voltadas para plantas e animais, mas que eventualmente foram aplicadas para categorizar os seres humanos. A partir dessa noção, Almeida (2019) oferece a possibilidade de compreensão do caráter fundamentalmente político do termo raça, dado o contexto mercantilista e burguês da Europa do século XVI em que surgiu: a partir das diferentes categorias de seres humanos, o europeu conforme expandia sua dominação político-econômica sobre outros povos, pôde criar o que se consolidaria, na modernidade, como sua identidade enquanto homem universal, de modo a diferenciar e subjugar todos aqueles que não se encaixassem nessa concepção de universalidade.

Nesse sentido, Schwarcz (2013) também comenta acerca do projeto europeu de classificação e diferenciação dos seres humanos em raças, e salienta como desde o século XVIII esse ensejo europeu encontrava ecos em elaborações filosóficas (por exemplo, Rousseau e a noção do “bom selvagem”), históricas (e.g. debate acerca do caráter paradisíaco ou infernal do Brasil e concepção de inferioridade de seus nativos a partir do olhar eurocêntrico de Pero Vaz de Caminha, Américo Vespúcio ou Gândavo), ou mesmo populares (por exemplo, história infantil da Rosa Negra, propagando o branqueamento como ideal de felicidade). No entanto, a autora comenta sobre como somente a partir do século XIX que esse projeto estabeleceria sistematizações em discurso supostamente científico para legitimar valores historicamente presentes, fazendo dos atributos externos e fenotípicos “elementos

definidores de moralidades e do devir dos povos” (p. 17).

Sendo assim, Schwarcz (2013) salienta a particularidade histórica excepcional do Brasil que, desde o marco legislativo do fim da escravatura (instauração da Lei Áurea de 1888 por pressões político-econômicas tanto internas quanto externas), necessitava da construção de um discurso que não só unificasse o povo brasileiro enquanto república, mas que apagasse literal e figurativamente as diferenciações existentes entre as diversas raças presentes no território, bem como as violências exercidas sobre os que não caíssem sob o rótulo de brancos, e promovesse uma não tão sutil noção de unidade forjada a partir da condução e superioridade da raça branca sobre as demais, em prol da evolução e desenvolvimento do país.

Nesse sentido, Schwarcz (2013) aponta como, historicamente, no Brasil, diversos teóricos do darwinismo social apontavam para o caráter degenerativo da miscigenação das raças, indicando uma espécie de condenação do país a não ser por um projeto consistente de branqueamento de sua população. Ainda historicamente, a autora discute como esse “Laboratório Racial Brasileiro” alterou seu discurso ao longo da história, moldando-se a partir das concepções e demandas contextuais específicas de determinados grupos em períodos específicos, culminando, na década de 1930, na constituição do mito da democracia racial no Brasil.

Considerando o contexto brasileiro de construção de uma identidade de seu povo primordialmente embasada em políticas de embranquecimento e violência sistemática contra aqueles considerados inferiores aos traços mais desejáveis presentes numa suposta raça branca, Nascimento (2016) relata como a partir de incentivos sistemáticos do governo para a constituição de uma população cada vez mais branca, contribuiu para a perpetuação de violências históricas contra o povo negro no Brasil datadas desde o período colonial. Independentemente da natureza do mecanismo coercitivo (por exemplo, extermínio das populações indígenas nativas do Brasil, estupro por senhores de engenho a mulheres negras que foram escravizadas durante o período colonial, negação da existência de preconceito racial/discriminação racial/racismo de qualquer ordem no Brasil em prol da confirmação do discurso que essa é uma questão já superada etc.), Nascimento (2016) aponta como, ao longo da história, existiu um projeto de genocídio do povo negro brasileiro, que se sofisticou e complexificou com o tempo, mas que essencialmente mantém a dominância do branco sobre o negro.

Retomando Almeida (2019), faz-se necessário os seguintes esclarecimentos acerca da diferenciação entre preconceito, racismo e discriminação. O autor define o racismo enquanto

“forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (p. 22), o preconceito racial enquanto “juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (p. 22) e a discriminação racial como “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (p. 23).

Dessa forma, Almeida (2019) descreve o caráter sistêmico do racismo, de modo a compreendê-lo como um fenômeno estrutural complexo que ultrapassa tanto concepções individuais prescritivas ao comportamento quanto questões institucionais, haja vista que todo o preconceito e/ou discriminações diretas ou indiretas, públicas ou privadas, são efeitos de uma sociedade racista. Pelas palavras de Almeida (2019), temos que:

o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander e Angela Davis, o atual sistema carcerário estadunidense (p. 24).

A partir dessas considerações, numa perspectiva analítico-comportamental, é possível apreender o racismo enquanto fenômeno relacionado tanto ao nível de seleção ontogenético quanto ao nível de seleção cultural. É possível apreender como o racismo se traduziu e traduz no entrelaçamento extremamente complexo de incontáveis variáveis datadas desde a criação humana do conceito raça, e de como as consequências desse fato selecionaram (e selecionam) comportamentos de organismos e de sociedades/culturas, de modo a manter relações funcionais favoráveis ao modelo historicamente construído de Homem Universal, que não atende às pluralidades e variabilidades tanto de organismos quanto de ambientes, mas exerce controle o suficiente para contribuir com a manutenção do racismo enquanto problema social.

1.3 Análise do comportamento e racismo: sua existência no contexto brasileiro

Como produto da revisão integrativa da presente pesquisa, identifica-se uma proposta

prevalente entre os analistas do comportamento para a operacionalização do racismo em sua perspectiva ontogenética: a interpretação do preconceito racial enquanto atitude. Ainda que sejam verificados também exercícios e propostas de uma operacionalização do racismo em seu nível cultural, a partir da noção de racismo institucional e utilização da ferramenta de metacontingências (MIZAEI; SAMPAIO, 2016), não há literatura significativa acerca desse tipo de compreensão, apenas de possíveis relações funcionais interpretadas e que ainda não foram sistematicamente exploradas. Tratando-se da perspectiva ontogenética do racismo — sistematicamente explorada por Mizael, Santos e de Rose (2016), Mizael e de Rose (2017), Mizael, Gomes e Silva (2019) e Mizael e Sampaio (2019) — é possível aferir direcionamentos mais claros e específicos que apontam à pesquisa básica algumas discussões de como operacionalizar o fenômeno racismo, de modo a identificá-lo enquanto comportamento verbal.

Bernard Guerin (1994) foi o primeiro autor a efetuar uma interpretação analítico-comportamental das atitudes e crenças — objetos de estudo sistematicamente explorados pela Psicologia social. Com uma variedade de significados no decorrer da história, o autor sintetiza as conceituações discutidas pelos psicólogos sociais enquanto comportamento verbal, seja em forma de tato, intraverbal ou mando. No entanto, essa interpretação em si não expressa operacionalização alguma até ser feita a interpretação das atitudes preconceituosas como comportamentos verbais, e seria somente a partir de Mizael, Santos e de Rose (2016), Mizael e de Rose (2017), Mizael, Gomes e Silva (2019) e Mizael e Sampaio (2019) que essa interpretação encontraria espaço no cenário analítico-comportamental e estudos seriam feitos de modo a tratar os comportamentos com funções de discriminação às pessoas negras como atitudes, isto é, comportamentos verbais, preconceituosas passíveis de previsão, controle e/ou intervenções analítico-comportamentais, ainda que incipientes. Nesse sentido, é possível determinar a proposta desses autores, verificadas a partir de revisões bibliográficas feitas por eles mesmos, da utilização tanto do paradigma de equivalência de estímulos quanto da teoria de molduras relacionais (RFT) como modelos para a investigação empírica do racismo em nível ontogenético, uma vez que ambas as ferramentas pressupõem a possibilidade de aprendizagem de atitudes preconceituosas de maneira indireta.

Num movimento similar à implantação da Análise do Comportamento no Brasil com Keller na década de 1960, é possível identificar Táhcia Medrado Mizael como principal variável relacionada às pesquisas analítico-comportamentais do preconceito racial. Como a autora está presente em diversas publicações de sua autoria primária, todas as indicações de

operacionalização analítico-comportamental do racismo estão ligadas direta ou indiretamente a essa autora. Mesmo em estudos como Tavares e Kuratani (2019), em que se buscou o exercício de reconhecimento dos efeitos do racismo em contexto clínico da Análise do Comportamento e não há uma referência explícita de Mizael, pode-se relacionar essa publicação como efeitos da divulgação científica de Mizael, que chegou a apontar na Análise do Comportamento as possibilidades de construção de uma clínica pautada pelo antirracismo.

Em síntese, caminhos de operacionalização do fenômeno do racismo sob a perspectiva analítico-comportamental existem, bem como investigações em prismas variados, desde experimentos para sistematização de resultados a revisões de literatura e relato de experiência clínica. De maneira geral, verifica-se na análise da literatura nacional encontrada na última década como essa linha de investigação ainda está intimamente relacionada a um grupo de autores específicos e como é uma possibilidade de investigação consideravelmente recente, contemplando seu caráter simultaneamente promissor e limitante.

Limitante porque ainda não há proposições operacionais distintas aos principais autores da operacionalização do racismo na literatura nacional. Promissora porque essa nova possibilidade de pesquisa, de modo a responsabilizar a Análise do Comportamento por seu histórico silêncio em relação ao racismo, bem como a projetar para possíveis intervenções de fato eficazes para confirmar sua pretensão funcional de solução às mazelas sociais, instiga a construção de caminhos de investigação por outros analistas do comportamento, conforme forem seus interesses em como abordar a temática.

Capítulo 2

Revisão integrativa e discussão dos resultados

Haja vista a discussão feita anteriormente, concebe-se o racismo como uma temática social relevante para se pesquisar, sobretudo no âmbito das ciências psicológicas. A partir da discussão e da pesquisa “Implicações psicanalíticas sobre o racismo brasileiro: um estudo sobre possibilidades”, desenvolvida por Haney Soares Silva (2021), levantou-se alguns questionamentos acerca de como a Análise do Comportamento poderia contribuir para discutir essa temática.

Dessa forma, nossa pesquisa pretende efetuar uma investigação análoga a partir de um referencial teórico distinto. Procuramos efetuar um mapeamento de todas as produções científicas, em língua portuguesa, relacionadas ao racismo à luz da Análise do Comportamento nos últimos dez anos. Para tanto, propõe-se como percurso metodológico a revisão integrativa da literatura.

2.1 Percurso metodológico

A revisão integrativa caracteriza-se por seu caráter rigoroso do levantamento de todas as pesquisas relacionadas a determinado tema específico, com foco primordial em estudos experimentais — o que muito se afiniza com a Análise do Comportamento. Esse método se diferencia dos demais da mesma ordem, como revisão sistemática da literatura, uma vez que ele objetiva a superação de vieses em cada uma das etapas presentes em uma revisão bibliográfica. Essa metodologia de pesquisa segue um método rigoroso de busca e seleção de material; avaliação de relevância e validade dos estudos encontrados; e coleta, síntese e interpretação dos dados oriundos das pesquisas selecionadas (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Outro ponto importante a ser destacado refere-se ao fato de que essa metodologia em particular possibilita a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão mais completa do fenômeno estudado. Ela também combina dados de literatura tanto de ordem teórica quanto empírica, o que possibilita uma análise mais rica do problema investigado. Sendo assim, a presente pesquisa percorrerá um caminho de seis etapas, a partir do proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010), as quais caracterizam-se por: 1. Elaboração da pergunta norteadora; 2. Busca ou amostragem na literatura; 3. Coleta de dados; 4. Análise crítica dos estudos incluídos; 5. Discussão dos resultados; 6. Apresentação da revisão

integrativa.

A definição da pergunta norteadora é, sem dúvidas, a etapa mais importante da pesquisa, uma vez que ela definirá seus limites e objetivos, determinando quais estudos serão incluídos e analisados, conseqüentemente, determinando também a inclusão de participantes, intervenções a serem avaliadas e resultados a serem mensurados. Essa pergunta deve ser de fácil compreensão, específica e objetiva, balizada por um raciocínio teórico que abarque teorias e raciocínios presentes no repertório comportamental da pesquisadora proponente (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Para nossa pesquisa, adota-se como perguntas norteadoras: o que a Análise do Comportamento se propôs a investigar acerca do racismo nos últimos dez anos, em contexto nacional; quais propostas de intervenção comportamental podem ser encontradas e, se existirem, como se configura sua eficácia?

No que se refere à segunda fase, tem-se a busca e o levantamento de dados, a partir das palavras-chaves ou descritores e em bases de consulta. Esse levantamento precisa deve ser amplo e diversificado, “contemplando a procura em bases eletrônicas, busca manual em periódicos, as referências descritas nos estudos selecionados, o contato com pesquisadores e a utilização de material não-publicado” (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 104).

Para nossa pesquisa, foram escolhidos como bases de dados o SciELO, o PePSIC, a versão de assinantes do Portal de Periódicos CAPES disponibilizado para a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás e os principais periódicos da área de Análise do Comportamento (*Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*; *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*; *Acta Comportamentalia*; *Behavior and Philosophy*; *Behavior and Social Issues*; *European Journal of Behavior Analysis*; *The Psychological Record*; *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*; *The Analysis of Verbal Behavior*; *The Behavior Analyst Today* (atual *Behavior Analysis: Research and Practice*) e *Journal of Contextual Behavioral Science*).

Na busca inicial, utilizamos da associação entre os descritores ‘Análise do Comportamento’, ‘behaviorismo’, ‘IRAP³’, ‘equivalência de estímulos’ e descritores relacionados ao tema, como: ‘racismo’, ‘preconceito racial’, ‘raça’, ‘negritude’, ‘negro’ e ‘negra’. Foram definidos como critérios de inclusão e exclusão os seguintes critérios: (a) os trabalhos devem estar publicados em português; (b) trabalhos publicados nos últimos dez anos; (c) se desenvolver no âmbito da Análise do Comportamento; e (d) serão excluídas resenhas, resumos e textos em linguagem não-acadêmica, além de artigos que tratem de outros recortes temáticos específicos, mesmo que fronteirizos às questões sócio-raciais, e

³ Implicit Relational Assessment Procedure

artigos com evidente desenvolvimento em outras correntes teóricas.

Após o resultado das pesquisas e separação dos trabalhos, atestamos, por intermédio da leitura dos resumos e identificação das revistas e periódicos em que foram publicadas, quais as publicações se encaminharam para o prosseguimento das investigações que a presente pesquisa se propõe a fazer. Posteriormente, realizamos a leitura e produção de fichamentos de cada um dos trabalhos selecionados. Para a sistematização e extração dos dados de interesse serão elencadas as seguintes categorias: (a) tipo do artigo e método; (b) concepção de racismo; (c) referências em destaque; (d) principais conceitos; (e) classificação da pesquisa em teórica, experimental ou mista e (f) observações importantes.

Os dados foram organizados de modo a possibilitar análises comparativas que contribuíssem para a etapa seguinte da metodologia, a apresentação final da revisão integrativa. A revisão foi estruturada a partir da organização, integração e comparação dos resultados, bem como a partir das análises críticas e discussões acerca dos dados encontrados.

2.1.1 Plataformas de Busca

Para a presente pesquisa foram utilizadas cinco plataformas de busca de dados com trabalhos indexados nas áreas de psicologia e Análise do Comportamento. As plataformas foram: o PePSIC; o SciElo; a versão de assinantes do Portal de Periódicos CAPES disponibilizado para a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás e o Google Acadêmico. Essas plataformas foram selecionadas por serem mais acessíveis à discente, por serem plataformas gratuitas.

Além das plataformas previamente citadas, também foram utilizados como fonte de dados os artigos disponibilizados gratuitamente pelos sites dos principais periódicos da área de Análise do Comportamento, sendo os seguintes: *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*; *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*; *Acta Comportamentalia*; *Behavior and Philosophy*; *Behavior and Social Issues*; *European Journal of Behavior Analysis*; *The Psychological Record*; *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*; *The Analysis of Verbal Behavior*; *The Behavior Analyst Today* (atual *Behavior Analysis: Research and Practice*) e *Journal of Contextual Behavioral Science*.

2.2 Palavras de busca

Para que se pudesse fazer a pesquisa nas plataformas de busca previamente citadas, foram elencadas 11 palavras de busca, divididas em duas categorias: Fundamentação Teórica de Interesse e Temática de Interesse. A categoria Fundamentação Teórica de Interesse (FTI)

foi composta por quatro termos de busca: “Análise do Comportamento”, “Behaviorismo”, “IRAP” e “Equivalência de Estímulos”. A categoria Temática de Interesse (TDI) foi composta por sete termos de busca: “racismo”, “negra”, “negritude”, “negro”, “preconceito racial”, “raça” e “viés racial”. A busca foi feita por intermédio da associação dos termos de buscas entre as duas categorias, num total de 28 combinações possíveis. Os termos foram conectados pelo operador Booleano “AND”; garantindo-se, portanto, a presença de ambos os termos nos materiais encontrados em cada busca.

A busca na plataforma CAPES foi operada de forma distinta: a busca foi feita a partir dos operadores “SAME” para a FTI e “AND” para a TDI, com exceção da combinação “Equivalência de Estímulos” e FTI — nesse caso específico, inverteu-se os operadores booleanos, sendo “AND” para o primeiro termo e “SAME” para os termos da FTI. Além disso, foram utilizados filtros temporais e de idioma, restringindo a busca para publicações feitas nos últimos dez anos (2012-2022) em língua portuguesa. Nos casos em que o link de acesso ao documento não resultou no artigo exato, foi feita a busca entre aspas do título do artigo no Google. Artigos cuja publicação não pôde ser verificada devido a problemas com a plataforma (e.g. o link do artigo disponibilizado na plataforma não direcionava a nenhum endereço eletrônico; ausência de link disponível para acesso ao artigo) também foram descartados.

A busca na plataforma Google Acadêmico também se deu de maneira distinta devido às limitações do mecanismo de busca. Optou-se pela simples associação entre aspas entre FTI e TDI, com as mesmas restrições temporal e idiomática pré-estabelecidas; não foram incluídas patentes nem citações nas pesquisas.

As buscas feitas nos periódicos da área de Análise do Comportamento foram feitas a partir dos buscadores de cada revista, de modo a abarcar publicações feitas desde janeiro de 2012 até a edição mais recente disponível nos arquivos. Considerando-se a especificidade da área em cada periódico, foram utilizados somente os termos da TDI em cada buscador de cada periódico.

2.2 Resultados

2.2.1 Seleção dos dados

Inicialmente, as buscas foram feitas na plataforma PePSIC, e em todas as 28 combinações não foram encontrados resultados. A segunda plataforma utilizada foi a SciELO, e em todas as 28 combinações, foram encontrados 20 resultados, mas apenas um artigo foi selecionado segundo os critérios de inclusão previamente definidos. A terceira plataforma

utilizada foi a CAPES, e em todas as 28 combinações, foram encontrados 433 resultados e novamente apenas um artigo foi selecionado segundo os critérios de inclusão previamente definidos, conforme a Tabela 1:

Tabela 1. Resultados das buscas nas plataformas Pepsic, SciElo e CAPES

Banco de dados	Descritores	Resultados	Artigos selecionados
PePsic	Todas as combinações	0	0
	Análise do Comportamento; Racismo	1	1
SciElo	Análise do Comportamento; Negra	3	0
	Análise do Comportamento; Negro	4	0
	Análise do Comportamento; Preconceito Racial	1	0
	Análise do Comportamento; Raça	11	0
	Demais combinações	0	0
	Análise do Comportamento; Racismo	9	0
	Análise do Comportamento; Negra	26	1
CAPES	Análise do Comportamento; Negritude	1	0
	Análise do Comportamento; Negro	27	0
	Análise do Comportamento; Preconceito Racial	6	0
	Análise do Comportamento; Raça	48	0
	Análise do Comportamento; Viés racial	6	0

Behaviorismo; Racismo	10	0
Behaviorismo; Negra	18	0
Behaviorismo; Negro	18	0

(Continuação) Tabela 1. Resultados das buscas nas plataformas Pepsic, SciElo e CAPES

Banco de dados	Descritores	Resultados	Artigos selecionados
CAPES	Behaviorismo; Preconceito Racial	5	0
	Behaviorismo; Raça	20	0
	Behaviorismo; Viés Racial	2	0
	Equivalência de Estímulos; Racismo	20	0
	Equivalência de Estímulos; Negra	73	0
	Equivalência de Estímulos; Negritude	3	0
	Equivalência de Estímulos; Negro	73	0
	Equivalência de Estímulos; Preconceito Racial	4	0
	Equivalência de Estímulos; Viés Racial	1	0
	Equivalência de Estímulos; Raça	53	0
	IRAP; Negra	2	0
	IRAP; Negro	3	0
	IRAP; Preconceito Racial	1	0
	IRAP; Raça	2	0
	IRAP; Viés Racial	1	0
	Demais combinações	0	0

A quarta plataforma utilizada foi o Google Acadêmico, na primeira associação feita, foram encontrados 863 resultados que abarcam desde citações em artigos até teses. Na medida em que fomos separando os que de fato se enquadram em nosso escopo de pesquisa, nos

deparamos — no sétimo resultado — com uma dissertação de mestrado intitulada “CONTRIBUIÇÕES DO PARADIGMA DE EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS PARA O ESTUDO DAS ATITUDES” da autora Ana Carolina Santos do Amaral Lima, defendido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e que foi publicada em 2020. Após a leitura da dissertação, concluiu-se que o escopo da pesquisa feita pela autora satisfazia os interesses do presente Trabalho de Conclusão de Curso:

Para a presente pesquisa, foram utilizadas duas plataformas de busca de dados com trabalhos indexados nas áreas de psicologia, saúde e Análise do Comportamento. As plataformas utilizadas foram: Portal de Periódicos CAPES e Science Direct [...] Para realizar a busca nas plataformas de pesquisa descritas no item anterior, foram elencadas 18 palavras de busca, divididas em quatro categorias: Análise do Comportamento, Raça, Preconceito e IRAP. A categoria Análise do Comportamento foi composta por três termos de busca: ‘Análise do Comportamento’, ‘*Behavior Analysis*’, ‘*Análisis de la Conducta*’. A categoria Raça foi composta por sete termos de busca, sendo estes: ‘Afrodescendente’, ‘Negr*’, ‘População Negra’, ‘*Black*’, ‘Racis*’, ‘Racial’ e ‘Raça’ [...] Na categoria Preconceito foram elencados seis termos de busca, sendo eles: ‘*Racial Prejudice*’, ‘Prejuicio Racial’, ‘Preconceito Racial’, ‘Discriminação Racial’, ‘Desigualdade Racial’ e ‘Viés Racial’. Na categoria IRAP, foram elencados dois termos de busca que correspondiam ao nome do instrumento investigado por extenso e sua abreviação. Dessa forma, os termos de busca foram ‘Implicit Relational Assessment *Procedure*’, e ‘IRAP’ (p. 23, 2020, grifos da autora).

Dada a inviabilidade de filtragem mais específica no Google Acadêmico, a busca nessa plataforma foi abandonada. Dessa busca inicial, mantivemos 2 artigos que apareceram nas primeiras páginas, pois eram relevantes para a pesquisa e não apareciam em nenhuma outra plataforma. Considerando as dificuldades enfrentadas até então para encontrar artigos para análise, optou-se por acrescentar a revisão integrativa da presente pesquisa os estudos encontrados na dissertação “Uma revisão de literatura sobre questões raciais voltada para a negritude pela abordagem da Análise do Comportamento”, que foram publicados em língua portuguesa nos últimos dez anos, aumentando a quantidade de resultados em mais um.

Tabela 2. Resultados das buscas feitas no Google Acadêmico e Dissertação “Uma revisão de literatura sobre questões raciais voltada para a negritude pela abordagem da Análise do Comportamento”.

Banco de Dados	Descritores	Resultados	Artigos Seleccionados
Google Acadêmico	Análise do Comportamento; Preconceito	863	2
Dissertação “Uma revisão de literatura		2	1

sobre questões raciais voltada para a negritude pela abordagem da análise do comportamento”

Finalmente, procedemos para a análise dos artigos encontrados nos principais periódicos de Análise do Comportamento previamente citados, contudo, os periódicos *Behavior and Philosophy*; *Behavior and Social Issues*; *European Journal of Behavior Analysis*; *The Psychological Record*; *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*; *The Analysis of Verbal Behavior*; *The Behavior Analyst Today* (atual *Behavior Analysis: Research and Practice*) e *Journal of Contextual Behavioral Science* foram abandonados como banco de dados por não possuírem artigos publicados na língua portuguesa e/ou por possuírem acesso restrito a usuários pagantes.

No periódico “Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva” (ReBAC), das sete buscas, foi encontrado um artigo. Na “Revista Brasileira de Análise do Comportamento” (RBTCC) não foi encontrado nenhum resultado. Na “*Acta Comportamentalia*” foram encontrados sete resultados, dos quais foram selecionados mais um artigo para a pesquisa.

Tabela 3. Resultados das buscas feitas nos principais periódicos de Análise do Comportamento

Banco de Dados	Descritores	Resultados	Artigos Selecionados
	Racismo	1	1
RBTCC	Viés Racial	1	0
	Demais descritores	0	0
ReBAC	Todos os descritores	0	0
Acta Comportamentalia	Racismo	2	0
	Preconceito Racial	3	1
	Raça	1	0
	Viés Racial	1	0
	Demais descritores	0	0

Sendo assim, foram encontrados sete artigos para análise, cuja relação final de seleção de artigos está exposta pelo esquema representado na figura 1:

Figura 1 - Esquema de relação final de artigos selecionados para análise

Origem	Ano	Descritores	Palavras-chave	Título
CAPES	2016	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO; NEGRA	paradigma de equivalência de estímulos; atitudes; preconceito; estereótipos	Contribuições do Paradigma de Equivalência de Estímulos para o Estudo das Atitudes
Google Acadêmico	2017	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO; RACISMO	preconceito racial, racismo, paradigma de equivalência de estímulos, teoria das molduras relacionais, RFT, análise do comportamento	Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios
Google Acadêmico	2018	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO; RACISMO	preconceito racial, racismo institucional, análise comportamental da cultura, metacontingência, abordagem policial, análise do comportamento nas organizações	Racismo Institucional: Aspectos Comportamentais e Culturais da da Abordagem Policial
Dissertação Ana (Comportamento em foco)	2019		Raça; Análise do comportamento; Preconceito racial; Negritude	Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo
SciELO	2019	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO; RACISMO	Racismo; Saúde Mental; Análise do Comportamento; Terapia Cognitivo-comportamental; População Negra	Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”
RBTCC	2020	RACISMO	análise do comportamento teoria dos quadros relacionais polícia racismo IRAP	Utilizando o Go-IRAP para mensurar vieses raciais em policiais
Acta Comportamental	2021	PRECONCEITO RACIAL	atitudes, preconceito racial, controle de estímulos, indução de viés. paradigma de equivalência de estímulos, escala tipo Likert	Preconceito racial: viés na mensuração de atitudes produzido por controle de estímulos

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2.2 Organização dos dados.

De modo a facilitar a compreensão do processo de organização dos dados, será apresentada a seguir a estrutura padrão que será repetida em todos os sete artigos ao longo desta seção da pesquisa, de modo a apresentá-los de maneira padronizada.

Primeiramente, fez-se a utilização do Anexo A como instrumento guia para as análises iniciais, de modo a gerar um novo anexo por artigo, e todos estão devidamente referenciados na seção *Anexos* desta pesquisa. Cada anexo será apresentado para cada artigo seguindo as cinco seções principais do Anexo A, expostas a seguir:

- A. Identificação — refere-se ao título do artigo, ao título do periódico, ao nome dos autores, ao local de trabalho dos autores, à formação dos autores, ao país de origem do artigo e ao ano de publicação do artigo;
- B. Instituição sede do estudo — pode ser hospital, universidade, centro de pesquisa, instituição única, pesquisa multicêntrica, outra instituição, ou se não há identificação

- de instituição;
- C. Tipo de publicação — pode ser da área de psicologia, da área médica ou de alguma outra área da saúde;
 - D. Características metodológicas do estudo — especifica-se o tipo de publicação, o objetivo ou questão de investigação, a amostra, o tratamento dos dados, as intervenções realizadas, os resultados, a análise, as implicações e o nível de evidência;
 - E. Avaliação do rigor metodológico — identifica-se qual a clareza na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultados) e quais as limitações ou vieses presentes no artigo.

O primeiro artigo analisado foi o *Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”*, sumarizado no Anexo B da presente pesquisa. Tratando-se da seção de identificação do artigo, para além de seu título, temos sua publicação feita no periódico *Psicologia: Ciência e Profissão [online]*, em português, no ano de 2019, com a autoria de Jeane Saskya Campos Tavares e Sayuri Miranda de Andrade Kuratani; ambas as autoras tiveram como local de trabalho a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A autora Jeane Tavares é psicóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). A autora Sayuri Kuratani é psicóloga e mestra pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia, além disso, ela é psicóloga técnica do Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A respeito da instituição sede do estudo, aplica-se a origem universitária, mais especificamente, o Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Tratando-se das características metodológicas do estudo, verifica-se um relato de experiência das psicólogas de suas respectivas experiências de atendimentos clínicos feitos no Serviço de Psicologia da UFRB de duas mulheres universitárias autodeclaradas negras. O objetivo do relato foi analisar essa experiência de atendimento, de modo a identificar e manejar repercussões psicológicas geradas pela experiência de sofrer racismo (TAVARES; KURATANI, 2019). A amostra, feita a partir de uma seleção por conveniência, limitou-se a um n inicial e final igual a 2, em que as características dos sujeitos diz respeito a duas mulheres negras com as idades de 20 e 30 anos. Identifica-se como critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos: a autodeclaração enquanto mulheres negras; serem atendidas no Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; e possuírem

questões relacionadas às repercussões psicológicas geradas pela experiência de sofrer racismo (TAVARES; KURATANI, 2019).

A respeito do tratamento dos dados, Tavares e Kuratani (2019) apresentam a condução distinta de cada caso, devido as abordagens clínicas distintas de cada autora, sendo a Terapia Analítico Comportamental, com a perspectiva da Psicoterapia Analítico Funcional de Kohlenberg e Tsai (2001) adotada pela primeira autora e a Terapia de Aceitação e Compromisso pela perspectiva de Hayes, Strosahl e Wilson (1999). No entanto, devido ao fato de o relato ser compartilhado pelas duas, as autoras optaram por destacar aspectos gerais da condução dos atendimentos que possam auxiliar ou suscitar reflexão entre psicólogos de orientações teóricas diversas. Quanto às intervenções realizadas, tem-se a utilização do acolhimento e estabelecimento de aliança terapêutica (verbalizações empáticas; demonstrações explícitas de interesse; audiência não punitiva); e a identificação do racismo como origem do sofrimento psíquico (manejo clínico da raiva; uso de metáforas; uso da autorrevelação; modelos de vulnerabilidade e expressão de sentimentos). A duração dos atendimentos foi de 17 e 21 sessões de atendimento, em que as sessões eram individuais, semanais, em consultório e com tempo médio de 50 minutos.

Sobre os resultados, Tavares e Kuratani (2019) apontam a experiência de estabelecimento de vínculo seguro e saudável, o aumento do repertório de habilidades sociais, a elevação da autoestima e o desenvolvimento de capacidade de autocompaixão/autocuidado nos sujeitos. Com relação a análise, não há o que se atestar, pois não condiz com o modelo de relato de experiência. Por fim, quanto às implicações é possível afirmar que as autoras efetuam conclusões baseadas nos resultados de suas experiências clínicas relatadas, e em suas palavras:

[...] buscamos indicar possibilidades e suscitar questões relacionadas ao atendimento clínico oferecido à população negra brasileira e contribuir para uma melhor compreensão na psicologia clínica acerca das especificidades desta população. Neste breve relato, pode-se perceber que a falta de sensibilidade cultural (habilidade de compreender e aprender sobre pessoas cuja formação cultural é diferente) e de competência cultural (estar adequadamente preparado ou qualificado) entre os profissionais da saúde mental pode causar disparidades na quantidade e qualidade do atendimento psicoterápico prestado a esta população. A fim de demonstrar possibilidades de reorientação das práticas clínicas destinadas a esta população, destacamos que a terapeuta se empenhou em adequar suas intervenções e rever seu posicionamento social e subjetivo ao ser sensibilizada pelo sofrimento de Carolina e Tereza. Neste percurso, validava e apoiava os sentimentos de insegurança, tristeza e raiva das mesmas, a medida em que reconhecia e aceitava seus próprios anseios e medos em conduzir uma questão tão pouco debatida na psicologia clínica e no seu contexto social. O desenvolvimento da relação terapêutica mudou ambas (paciente-psicóloga),

num processo em que Carolina e Tereza permitiram-se ser elas mesmas, criando uma relação autêntica e modificadora, redefinindo a forma como estas se percebem e como a terapeuta percebe a si mesma, enquanto psicóloga e cidadã.

Quanto ao nível de evidência, é possível afirmar uma dupla perspectiva de evidência em um aspecto qualitativo. Por um lado, o nível de evidência é pequeno, uma vez que o relato verbal das pacientes foi a única fonte de verificação da diminuição do sofrimento das pacientes pelas psicólogas, o que aponta para intervenções sem outras fontes de verificação de eficácia. Contudo, considerando-se a escassez da produção analítico-comportamental sobre a temática exposta pelas autoras, e experienciada na presente pesquisa, o nível de evidência apesar de ser considerado pequeno, passa a ser um dos únicos disponíveis, e, portanto, com considerável nível de relevância.

A respeito da avaliação do rigor metodológico do artigo, confirma-se a clareza na identificação da trajetória metodológica no texto e enquanto identificação de vieses ou limitações, aponta-se a lacuna teórico-prática no campo da psicologia clínica brasileira para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra, apontados pelas próprias autoras. Além disso, pode-se entender a concepção de racismo apresentada pelas autoras como um possível viés, no sentido de que as autoras se pautaram no que chamaram de letramento racial, para a possibilidade de condução dos casos. Também o fato da publicação ser um relato de experiência de experiências singulares de duas pesquisadoras, cada qual com sua abordagem e experiências clínicas particulares, sem quaisquer sistematizações na elaboração de intervenções para além da experimentação do próprio letramento racial em premissas clínicas previamente estabelecidas por suas abordagens, pode ser compreendido enquanto um viés ou limitação desta publicação.

O segundo artigo analisado foi o *Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes* (sumarizado no Anexo C da presente pesquisa), de autoria de Tahcita Medrado Mizael, Silvana Lopes dos Santos e Júlio Cesar Coelho de Rose, publicado no ano de 2016, em português, no periódico nacional *Interação em Psicologia*. O estudo, que pertence à área de Psicologia, foi feito na Universidade Federal de São Carlos, especificamente, no Laboratório de Estudos do Comportamento Humano (LECH) do departamento de Psicologia. O artigo se trata de uma revisão da literatura, feita de maneira não sistematizada, à conveniência dos autores, com o objetivo de apresentar algumas contribuições do paradigma de equivalência de estímulos como uma das possíveis maneiras de se estudar a formação e mudança de atitudes, salientando-se procedimentos experimentais específicos que podem ser úteis para a Análise do Comportamento.

Entre as 56 referências apresentadas por Mizael, Santos e de Rose (2016), com maior ou menor grau de detalhamento, fez-se uma apresentação histórica do estudo da psicologia social sobre atitudes, bem como uma interpretação analítico-comportamental das atitudes, apoiados em Guerin (1994), entendendo-as como comportamento verbal, e, portanto, controladas por contingências sociais. Nesse sentido, os autores do artigo apontam, também historicamente, estudos que contribuíram para essa interpretação a partir da elaboração de experimentos baseados no condicionamento clássico. Focados na mudança de resposta avaliativa de um estímulo, o procedimento desses experimentos clássicos consiste no pareamento sistemático de um estímulo neutro a um estímulo de valência positiva ou negativa de modo que a resposta avaliativa do estímulo neutro se modifique para positiva ou negativa a depender do estímulo utilizado. Os autores então apontam que, por mais que esses experimentos tenham verificado uma mudança de avaliação dos sujeitos, o fenômeno pode ser observado a partir de outros procedimentos além do pareamento direto de estímulos.

Mizael, Santos e de Rose (2016) apresentam, em uma espécie de progressão histórica, os experimentos elaborados a partir do paradigma de equivalência de estímulos, de modo que pôde ser observado em laboratório como estímulos sem similaridades físicas tornam-se substituíveis entre si em algumas ocasiões, a partir do procedimento de emparelhamento de acordo com o modelo (matching-to-sample - MTS). Os autores explicam como o procedimento consiste na apresentação de um estímulo modelo juntamente com dois ou mais estímulos de comparação, de modo a estabelecer uma relação condicional entre dois estímulos (e.g. apresenta-se A1 e escolhe-se B1; apresenta-se A2 e escolhe-se B2 e assim sucessivamente); os autores comentam que frequentemente os estímulos utilizados são figuras, sílabas ou palavras sem sentido, convencionalmente designados por combinações alfanuméricas, mas que nas pesquisas relevantes para o estudo de atitudes, nota-se a utilização também frequente de estímulos significativos junto de estímulos sem significado. Após um treino direto de, pelo menos, dois conjuntos de relações (e.g A1 com B1 e também C1, e A2, com B2 e também C2, estabelecendo as relações designadas como A1B1, A1C1, A2B2 e A2C2), em que os participantes recebem feedback informativo sobre seus acertos e erros, são realizados testes para verificação da emergência de relações entre estímulos que não foram diretamente treinadas.

Essas relações nomeadas emergentes ou derivadas podem atestar as propriedades de reflexividade, simetria e transitividade, indicando que as relações estabelecidas entre os estímulos são relações de equivalência, e os estímulos relacionados entre si constituem uma classe de estímulos equivalentes, que podem ser a depender do contexto, substituíveis entre si

no controle do comportamento (MIZAEI; SANTOS; DE ROSE, 2016). Mizael, Santos e de Rose (2016) explicam que a verificação da reflexividade se dá pela relação estabelecida entre um estímulo e ele mesmo, frequentemente assumida para indivíduos verbais e não verificada explicitamente; a simetria se constata a partir da bidirecionalidade da relação entre estímulos (por exemplo, após o treino direto da escolha de B1 após apresentação de A1, o sujeito também consegue escolher A1 após a apresentação de B1 sem o treino direto dessa relação); e a transitividade é constatada a partir da emergência da relação entre dois estímulos distintos, relacionados entre si por um terceiro (por exemplo, se AB e AC, então BC). Os testes que combinam simetria e transitividade, no mesmo exemplo, a relação não treinada CB, são nomeados testes de equivalência, uma vez que evidenciam ao mesmo tempo a emergência de duas propriedades das relações de equivalência. Mizael, Santos e de Rose (2016) afirmam que esse paradigma se constitui em valiosa contribuição para a Psicologia, posto que ampliam as análises até então existentes sobre a geratividade dos comportamentos e oferece um modelo experimental para o estudo de comportamentos simbólicos.

Seguindo com sua apresentação histórica, Mizael, Santos e de Rose (2016) abordam os trabalhos que verificam a transferência de funções, em que certas funções comportamentais de um estímulo podem ser compartilhadas com os demais membros da classe. Essa ocorrência prescinde do treino direto, necessitando apenas da participação em uma classe de equivalência, de modo que um estímulo com determinadas funções pode ser comparado a um referente e os estímulos equivalentes a ele podem ser comparados a símbolos que podem ser substituíveis a depender do contexto.

Retomando a interpretação analítico-comportamental das atitudes, Mizael, Santos e de Rose (2016) então apontam como, a partir desse cenário experimental, é possível entender atitudes como avaliação de pessoas, objetos e eventos mesmo na ausência de qualquer experiência direta entre esses estímulos. Nesse sentido, Mizael, Santos e de Rose (2016) discutem outras contribuições experimentais do paradigma de equivalência de estímulos e a formação de atitudes. Nessa linha de pesquisa, os autores apontam para experimentos que têm demonstrado como as funções condicionadas classicamente podem ser transferidas nas relações de equivalência, e como seria possível, por exemplo, gerar respostas de medo e ansiedade a estímulos sem a necessidade de uma experiência direta anterior; ou como funções como tristeza e alegria também podem ser transferidas via equivalência de estímulos.

Outra contribuição interessante apontada por Mizael, Santos e de Rose (2016) foram os estudos voltados para a formação de atitudes que se utilizaram de estímulos com significado pré-experimental e demonstraram a possibilidade de formação de atitudes sem a

necessidade de uma história prévia direta entre os estímulos, mas tão somente pela participação desses estímulos em classes de equivalência estabelecidas pelo sujeito. Entre outros experimentos com procedimento similar, os autores indicam estudos que apontam como essa formação de atitudes a partir de relações de equivalência pode afetar as preferências das pessoas, e como seria possível, por exemplo, uma pessoa mudar a sua avaliação de determinado produto para consumo sem a necessidade de um contato direto com ele.

Finalmente, Mizael, Santos e de Rose (2016) definem a formação de atitudes como a formação de classes de equivalência entre uma classe de estímulos e atributos avaliativos. Depois dessa conceituação, os autores apontam a emergência de estudos voltados para a reversão ou modificação de algumas atitudes por meio da reversão ou reorganização de classes de equivalência, especialmente as pesquisas que demonstraram a efetividade da Análise do Comportamento na compreensão de temas socialmente sensíveis como o preconceito, de modo a buscar-se a criação de modelos experimentais que procurem intervir de modo a reduzir, pela reversão/reorganização de classes de equivalência as atitudes preconceituosas.

Para além do condicionamento clássico e o paradigma de equivalência de estímulos, Mizael, Santos e de Rose (2016) também apontam como contribuições mais recentes da área de formação de atitudes, as pesquisas baseadas na teoria de molduras relacionais (RFT), que visam, para além das relações de equivalência, a exploração de outros tipos de relação, como de oposição, diferença, comparação, hierarquia, espaço, tempo, causalidade ou de perspectiva. Contudo, por mais que Mizael, Santos e de Rose (2016) apontem estudos que estabelecem uma relação entre o paradigma de equivalência de estímulos e atitudes preconceituosas e/ou estereotípicas, delineando os alcances da Análise do Comportamento diante de temas socialmente relevantes, esses mesmos estudos indicam possíveis limitações da área. Essas limitações foram apontadas pelos autores como a não formação das classes de equivalência para grande parte dos participantes nos estudos que se utilizam de estímulos com significado pré-experimentais, sobretudo quando estes estímulos são considerados socialmente sensíveis. Entre possíveis explicações desse fenômeno, Mizael, Santos e de Rose (2016) indicam o fato de que as relações pretendidas pelos experimentadores e as relações pré-experimentais do sujeito são conflitantes, e entre um treino de algumas horas num contexto experimental e o histórico de comportamento da comunidade verbal, a probabilidade de eficácia na modificação dessas atitudes preconceituosas somente por um treino curto não seria o suficiente para modificar essas relações.

Entendendo-se as conclusões feitas pelos autores no artigo como justificadas em seus resultados, tem-se entre as implicações feitas pelos autores, o apontamento deles de que ainda que o paradigma de equivalência de estímulos não seja a única forma de se analisar as atitudes, seu modelo experimental oferece maneiras de se conceber como as atitudes podem ser formadas e modificadas, sem a necessidade de uma história de aprendizagem direta. Mizael, Santos e de Rose (2016) apontam como a partir de uma literatura com procedimentos experimentais bem estabelecidos e resultados sistemáticos/condizentes com os fenômenos observados, há a necessidade de expansão dessa área particular de estudo, e essa expansão seria fundamental para a Análise do Comportamento, uma vez que permite a análise de atitudes.

Mizael, Santos e de Rose (2016) ainda destacam o estudo das atitudes relacionadas ao preconceito e aos estereótipos (que podem apresentar consequências negativas para indivíduos ou grupos de indivíduos estigmatizados), que podem ocorrer com base em informações que, além da possibilidade de estarem incorretas, sequer precisam de um contato direto com esses indivíduos ou grupos. Considerando-se o interesse da Análise do Comportamento em oferecer contribuições sociais relevantes, Mizael, Santos e de Rose (2016) apontam esse campo de pesquisa, ainda em desenvolvimento, como promissor na elaboração de intervenções eficazes e benéficas para as pessoas que são cotidianamente estigmatizadas. Nesse sentido, sintetizam-se as recomendações dos autores na expectativa que mais analistas do comportamento se disponham para a contribuição da expansão do estudo das atitudes a partir do paradigma de equivalência de estímulos e contribuam para o entendimento científico sobre os preconceitos/estereótipos.

Com relação ao nível de evidência do estudo, temos a apresentação de estudos e pesquisas experimentais sobre o assunto, descrevendo de maneira clara e objetiva os experimentos feitos, versando desde os princípios teóricos fundamentais para suas elaborações e objetivos, metodologia e resultados até uma discussão mais geral entre pesquisadores da área, apontando críticas, hipóteses e como os estudos mudaram a partir disso, e continuam a mudar. Julgando o artigo enquanto sua proposta, e a escassez de estudos analítico-comportamentais sobre preconceito racial, compreende-se um nível de evidência significativo e relevante.

O terceiro artigo analisado, também pertencente a área de Psicologia, foi o *Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios* (sumarizado no Anexo D da presente pesquisa) dos autores Táhcita Medrado Mizael e Júlio César de Rose, publicado no periódico *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de*

Comportamento, México, em português no ano de 2017. No artigo está exposto que ambos os autores são filiados ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Processo No. 573972/2008-7) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo No. 2008/57705-8). Tâhcita Medrado Mizael é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo No. 15/10225-5). Júlio C. de Rose é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Essa publicação em particular é relatada por Mizael e de Rose (2017) como um “estudo interpretativo sobre o preconceito racial, baseado nos pressupostos e achados experimentais analítico-comportamentais sobre este fenômeno e temas a ele relacionados” (p. 367). Nesse sentido, em se tratando de amostra, apreende-se uma seleção de dados por conveniência, uma vez que os autores elegem referências para alcançarem seu objetivo de forma não sistematizada, com maior ou menor grau de detalhamento conforme suas preferências. Nessa publicação, os autores, a partir de contribuições de Guerin (1994), pontuam como a sua interpretação analítico-comportamental das atitudes pode ser útil para a compreensão sobre o preconceito racial como atitude. Os autores tomam a argumentação de Guerin (1994) de que as atitudes e crenças podem ser entendidas enquanto comportamento verbal controlado por contingências sociais. Os autores explicam como Guerin atribui três possíveis funções às atitudes: tato, intraverbal e mando. Nesse sentido, ainda que algumas atitudes possam ser analisadas como tato, ou seja, sua enunciação se dá a partir de um controle por estímulos direto, os autores argumentam que outras atitudes requerem uma explicação distinta, por prescindir desse contato direto.

Mizael e de Rose (2017) ilustram essa questão a partir da diferença de enunciação entre "gosto da minha casa" e "gosto de todas as casas". Os autores comentam que numa transposição para a compreensão do preconceito enquanto atitude, seria possível a conceituação de preconceito racial enquanto fenômeno do comportamento verbal em forma de tato (por exemplo, dizer "não gosto de fulano de tal", que é negro, por ter sido insultada por tal pessoa), intraverbal (por exemplo, dizer que não gosta de nenhuma pessoa negra, apesar de não ter experiência direta com todas as pessoas negras) e mando (e.g. dizer "não gosto de defensores das minorias raciais"). Mizael e de Rose (2017) comentam que os exemplos dados são formas explícitas de preconceito racial, mas indicam a análise de operantes verbais como ferramenta promissora na identificação das mesmas funções em declarações que a princípio,

não parecem ser preconceituosas (e.g. se declarar contra cotas para negros em universidades, não por acreditar na meritocracia, mas por não querer negros em um ambiente frequentado majoritariamente por indivíduos brancos).

A partir dessa noção, Mizael e de Rose (2017) apontam tanto o paradigma de equivalência de estímulos quanto a teoria das molduras relacionais (RFT) como maneiras empíricas de simulação, em ambiente experimental controlado, da aquisição de comportamentos simbólicos. A partir do momento que não é necessária uma aprendizagem por contato direto com as contingências para um comportamento verbal preconceituoso, mas sim sob o controle de outras contingências verbais, esses dois aparatos teóricos possibilitam entender como o preconceito pode ser resultado de relações aprendidas de forma indireta.

Mizael e de Rose (2017) ilustram, a partir dessa perspectiva, pelo exemplo da associação "preto-ruim", como ela pode ser derivada das mais diversas relações (por exemplo, aprender que a cor preta está relacionada com o luto, e o luto por sua vez, com a morte, e a morte é considerada algo ruim). O exemplo em questão se utiliza da derivação de relações por equivalência de estímulos, mas os autores apontam a RFT como uma teoria que busca, para além de relações de equivalência, mas também outros tipos de relação (por exemplo, a cor negra pode ser oposta à cor branca, pode ser equivalente a atributos negativos, pode ser diferente da cor vermelha, menos luminosa que a cor verde etc).

Outra diferença que Mizael e de Rose (2017) ressaltam entre o paradigma de equivalência de estímulos e a RFT é de que a segunda abre mão do pressuposto de uma relação bidirecional e simétrica entre estímulos, e aponta a possibilidade de derivações de relacionais com magnitudes distintas. Outro ponto interessante trazido pelos autores, apoiados em Hayes et. al. (2002), é a de que os seres humanos verbalmente competentes categorizam, avaliam e comparam os estímulos de maneira arbitrária (ou seja, sem se pautar nas características físicas dos estímulos), mas que, num processo de aprendizagem, utilizam-se de critérios não-arbitrários (baseados em características físicas) para a justificação dessas relações. Um exemplo dado pelos autores para ilustrar essa concepção é sobre como a relação "brancos são melhores que negros" ao ser enunciada, para ser explicada por alguém, muito provavelmente essa pessoa se pautaria em relações não arbitrárias para justificá-la (e.g. cor da pele, cabelo liso etc).

No entanto, mesmo a partir desse aparato empírico, Mizael e de Rose (2017) apontam para a escassez na literatura analítico-comportamental de trabalhos experimentais sobre o preconceito racial, e salientam como principal dificuldade desses trabalhos, nos poucos que existem publicados, a obtenção, via treinos curtos, da modificação de relações que foram

reforçadas durante grande parte da vida de um indivíduo, mesmo no caso de uma criança. Uma exceção apontada por Mizael e de Rose (2017), no entanto, é o estudo de Mizael et. al. (aceito), em que se valeu de um paradigma nomeado "Conflicting Relations Paradigm" (CRP) para efetuar suas intervenções e conseguir, com sucesso, estabelecer de maneira inédita a formação das classes de equivalência e transferência de funções para todos os participantes da pesquisa, mesmo com a utilização de estímulos com significado pré-experimental e socialmente sensíveis.

Prosseguindo com seu estudo interpretativo, Mizael e de Rose (2017) apontam para outro método além do CRP, que também se baseia em relações conflitantes, e tem sido muito utilizado na área para investigação de relações prevalentes em certos contexto grupais/sociais: o Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP), desenvolvido por Barnes-Holmes e colaboradores (Barnes-Holmes et al., 2006). Mizael e de Rose (2017) arguem que enquanto o CRP expõe os participantes a um único teste em que uma relação conflitante seria potencialmente derivada do treino em que foram submetidos os participantes, o IRAP procura a comparação direta entre fluência e acertos em relações "inconsistentes" em contraste com as relações que são presumidas como socialmente prevalentes. Nesse sentido, Mizael e de Rose (2017) apontam que o IRAP parte do pressuposto de que os participantes respondem com maior velocidade em relações socialmente presumidas e com maior lentidão para relações supostamente inconsistentes, de modo que a identificação de vieses seria feita justamente pela identificação dessas diferenças na latência do responder.

Os estudos que se utilizam do IRAP, segundo Mizael e de Rose (2017), o fazem para a identificação de vieses raciais se utilizam da apresentação de pares de estímulos considerados consistentes ou inconsistentes com a história de vida dos participantes de modo que estes devem selecionar entre duas opções de resposta ("sim" e "não") de modo que a partir da velocidade e acuidade que o experimento demanda, seja possível a verificação de existência ou não de algum viés racial e se sim, qual. Os autores comentam a respeito de como o IRAP é um instrumento que propicia a verificação da apresentação de um viés pró-branco, por exemplo, sem apresentar um viés anti-negro (entre outras variações).

Entre outras contribuições interessantes, Mizael e de Rose (2017) destacam sobre como a concepção da psicologia tradicional acerca do racismo, como algo de caráter individual e interno dos indivíduos (concepção mentalista do racismo) não contribui para a resolução da questão. Os autores apontam como uma concepção funcional do racismo é algo mais interessante, no sentido de que é possível, a partir de análises contextuais, a elaboração de intervenções voltadas para a diminuição do engajamento das pessoas em práticas

discriminatórias de forma realmente eficaz. No que diz respeito às implicações do estudo, além da existência de conclusões justificadas com base nos resultados, tem-se a sugestão feita pelos autores da articulação entre Análise do Comportamento e outras áreas do conhecimento, sobretudo a Psicologia social, que possui vasta produção sobre a temática, de modo a contribuir para a construção de experimentos e modelos explicativos para a formação, manutenção e redução do preconceito racial de maneira eficaz.

O quarto artigo analisado foi o *Racismo Institucional: Aspectos Comportamentais e Culturais da Abordagem Policial*, sumarizado no Anexo E da presente pesquisa. Com a autoria de Táhcita Medrado Mizael e Angelo A. S. Sampaio, o artigo foi publicado em português no ano de 2019 no periódico mexicano *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*. Com as instituições sede do estudo sendo a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), devido ao vínculo institucional dos próprios autores, a publicação em questão pode ser entendida como um ensaio teórico na área de Análise do Comportamento, mais especificamente, como exercício teórico de análises funcionais de macrocontingências relacionadas ao fenômeno do racismo institucional presente na Polícia Militar.

Mizael e Sampaio (2019) apresentaram como objetivo do exercício proposto no artigo, a partir de breves explicações conceituais relevantes para a Análise do Comportamento organizacional e definição do racismo institucional, “mostrar maneiras de se interpretar o racismo institucional a partir da análise comportamental da cultura” (p. 225). Os autores propõem esse exercício a partir de uma interpretação sobre o racismo na Polícia Militar, de modo a evidenciar que

para sua modificação, alterações em seu ambiente selecionador (composto fundamentalmente por outros órgãos da SSP estadual) seriam necessárias. Entretanto, a possibilidade de existirem consequências culturais que estariam mantendo o racismo institucional precisa ser avaliada de modo empírico, antes que qualquer tipo de intervenção possa ser proposta (p. 225).

Como principais resultados do ensaio feito por Mizael e Sampaio (2019), apresentam-se as noções de que:

1) mudanças no ambiente selecionador da Polícia Militar (i.e. Secretaria de Segurança Pública ou órgãos equivalentes) deveriam se configurar de modo a incentivar a criação de intervenções futuras cujo objetivo seja a diminuição do racismo institucional;

2) Demais aspectos culturais envolvidos no fenômeno do racismo institucional podem contribuir para sua manutenção, como: a aprendizagem direta do preconceito racial pode

contribuir para o efeito cumulativo e mantenedor do fenômeno (e.g. policiais militares podem aprender a partir de uma experiência direta e não sistematizada, pelo alto número de ocorrências com pessoas negras, que pessoas negras cometem mais crimes; contribuindo para possíveis), “a justificativa à abordagem diferenciada a partir da ‘guerra às drogas’ e o macrocomportamento de abordar majoritariamente pessoas negras e pobres, gerando, como um dos efeitos cumulativos, o número desproporcional de ocorrências com negros e pobres” (p. 225);

3) Entre os principais fatores relacionados à manutenção das práticas culturais envolvidas no racismo institucional estão a impunidade (definida pela ausência de consequências a comportamentos e/ou contingências comportamentais entrelaçadas (CCEs) envolvidos) e “os processos mantenedores da abordagem diferenciada, que geram sistematicamente um maior número de condenações e/ou prisões a pessoas negras, mesmo quando indevidas” (p. 225).

Tratando-se das implicações da publicação de Mizael e Sampaio (2019), temos a compreensão de que uma análise sobre as conclusões serem ou não justificadas com base nos resultados dos autores não é algo que se aplica ao contexto do ensaio proposto. O exercício de elaboração de possíveis análises funcionais acerca do fenômeno racismo institucional no contexto da Polícia Militar expostas pelos autores certamente foi brilhante, coerente e incomum na área, e o próprio apontamento dos autores para a necessidade de verificações empíricas acerca do proposto contribui para essa perspectiva. Nesse sentido, destacam-se as palavras dos autores como recomendações:

Este trabalho constitui um primeiro passo no compromisso da análise comportamental da cultura para com causas sociais de relevância científica e, principalmente, social. Espera-se que ele possa auxiliar outros pesquisadores interessados nessa e em temáticas relacionadas a realizar análises, mesmo que exploratórias, que possam, no futuro, guiar pesquisas empíricas e propostas de intervenção sobre a questão (p. 226).

Quanto ao nível de evidência, considerando a natureza do estudo, seu nível de evidência é baixo, ponto apontado pelos próprios autores em que relatam a ausência de verificações empíricas acerca do preconceito racial a nível cultural. Contudo, a natureza desse estudo não o isenta de sua relevância, ao passo que os autores confrontam o próprio leitor a buscar a elaboração dessas verificações empíricas exploradas ao longo do artigo. Os autores não definem experimentos, não apontam resultados, mas efetuam análises funcionais em alguns recortes de macrocontingências no contexto específico do racismo institucional na PM,

o que de certa forma contribui para uma fundamentação teórica para futuras investigações empíricas sobre o tema, de modo que sejam incentivadas futuras produções voltadas tanto para a compreensão desse fenômeno e das variáveis de controle mais proeminentes em seu contexto, quanto para a busca de intervenções que visem a diminuição do fenômeno investigado.

É excelente e evidente a clareza metodológica no artigo analisado, e sobre as limitações/vieses presentes, destacam-se: 1) a apresentação de “concepções preliminares sobre uma análise comportamental da cultura voltada para o preconceito racial”; 2) a análise incipiente e que ainda pode se expandir em análises de diversas outras questões, apontadas pelos autores como: “uma análise pormenorizada dos fatores mantenedores de abordagens mais frequentes, maior número de prisões e/ou de assassinatos por policiais de pessoas negras em detrimento das brancas; fatores que podem estar relacionados a prisões injustas, como bonificações aos policiais que apreenderem certo número de armas, drogas ou realizarem certo número de prisões (e.g., Anistia Internacional, 2015), etc.” e, por fim, 3) A ausência de embasamento em dados coletados sistematicamente para as afirmações feitas acerca do funcionamento da polícia militar e de suas abordagens policiais.

A quinta publicação analisada foi o capítulo de livro virtual: *Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo*, sumarizado no Anexo F da presente pesquisa. A publicação tem a autoria de Táhcita Medrado Mizael, Ariane Rico Gomes e Gabriela Jheniffer Teixeira Silva e está inserida no ebook *Comportamento em foco 9: análises teóricas, educação e questões sociais*. A publicação foi feita no ano de 2019, em português e tem como instituição sede da pesquisa a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mizael, Gomes e Silva (2019) objetivaram, por intermédio de uma revisão bibliográfica, “analisar pesquisas da análise do comportamento com questões raciais, de modo a justificar o estudo dessa temática, elencar a produção a respeito do tema e apontar novas propostas de investigação” (p. 121).

As autoras elegeram periódicos nacionais e internacionais de referência em Análise do Comportamento como plataformas de pesquisa; utilizaram como buscadores os termos: racismo, preconceito racial, discriminação racial, negro, preconceito, racial e intervenção e seus equivalentes em inglês; e não foram eleitos critérios exclusão, para inclusão do artigo bastava o artigo ater-se à temática negritude na perspectiva analítico-comportamental. Foram encontrados dez artigos no total e todos estavam publicados em periódicos internacionais, além disso, metade das publicações encontradas estavam no mesmo periódico. Após a classificação dos artigos por título, autoria, periódico de origem e ano de publicação, Mizael,

Gomes e Silva (2019) efetuaram um breve resumo da literatura encontrada.

Entre os temas que se destacaram, tem-se a apresentação do Procedimento de Avaliação Relacional Implícita (IRAP) como ferramenta eficaz para a identificação de vieses raciais em alguns experimentos. Contudo, as autoras pontuam que em nenhum dos estudos ocorreu algum tipo de intervenção com o objetivo de reduzir os vieses evidenciados pelo instrumento. Mizael, Gomes e Silva (2019) também pontuaram a utilização do reforçamento diferencial como objetivo aumentar diretamente a interação de crianças, presente em apenas um artigo. As autoras comentam acerca da interação do estudo em promover a integração entre crianças brancas com crianças negras, no entanto, não foram encontradas replicações ou pesquisas similares, apesar dos resultados promissores dessa intervenção.

Por fim, entre as temáticas prevalentes nos artigos encontrados, Mizael, Gomes e Silva (2019) indicam o paradigma de equivalência de estímulos, em que compreenderam o preconceito racial enquanto “formação de classes de equivalência entre pessoas negras e atributos negativos, envolvendo também a transferência de funções, geralmente negativas, para essas pessoas” (p. 127). Nas duas pesquisas em que esse paradigma foi encontrado, as autoras apontam a simultânea possibilidade/dificuldade de reversão ou reorganização das classes de equivalência com estímulos socialmente sensíveis.

Tratando-se das implicações da pesquisa de Mizael, Gomes e Silva (2019), admitem-se suas conclusões como justificadas nos resultados encontrados, uma vez que as autoras discutem o papel da ciência comportamental enquanto área do conhecimento com potencial para além de compreender o fenômeno do preconceito racial, criar intervenções para a diminuição ou amenização no contexto social. Contudo, as autoras apontam que apesar desse papel que a Análise do Comportamento poderia ocupar, a literatura é escassa e limita-se a pesquisas básicas. Nesse sentido, Mizael, Gomes e Silva (2019) indicam a necessidade de divulgação da temática, especialmente em contexto nacional, onde a ausência de publicações foi devidamente notada, especialmente quando contrastada com a presença de publicações de autores brasileiros nos periódicos internacionais encontrados pela pesquisa. Além disso, para além da necessidade de publicações nacionais, as autoras ressaltam a particularidade brasileira do racismo, que se difere historicamente e provavelmente reserva interpretações e intervenções específicas. De maneira geral, as autoras sugerem o fomento de mais pesquisa sobre temáticas relacionadas à negritude, especialmente em caráter intervencionista e nacional (MIZAEL; GOMES; SILVA, 2019).

Entende-se enquanto excelente o nível de evidência do artigo publicado, uma vez que ele apresenta um bom rigor metodológico, em que há clareza na identificação da trajetória

metodológica no texto, bem como limitações pontuais facilmente modificáveis em possíveis replicações do mesmo percurso metodológico em pesquisas similares (e.g. expansão do banco de dados para além de periódicos na área de Análise do Comportamento).

O sexto artigo analisado foi *Preconceito racial: viés na mensuração de atitudes produzido por controle de estímulos*, sumarizado no Anexo G da presente pesquisa. O artigo foi publicado no periódico *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, no ano de 2021, com a autoria de Michelli Carrijo Cameoka e Márcio Borges Moreira. Estando os autores vinculados ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e ao Instituto Walden 4, respectivamente, foram feitos três experimentos a partir da apresentação dos autores de resultados experimentais mistos na literatura analítico comportamental sobre a reversão de classes de equivalência de estímulos em estudos voltados para o preconceito racial.

A partir da discussão de como estímulos com significado pré-experimental (por exemplo, fotos de rostos de pessoas) podem afetar o controle experimental de alguma forma, Cameoka e Moreira (2021) efetuaram uma pesquisa com o objetivo de verificar o efeito de diferentes faces de homens negros e homens brancos, com características distintas sobre o comportamento de avaliar faces em uma escala tipo Likert de 10 pontos — similar ao instrumento de Dixon e Lemke (2007) —, variando em seus extremos entre 1 = mau e 10 = bom (compreendendo-se assim uma atitude em relação às faces), e verificar se a seleção deliberada de estímulos pelo experimentador pode enviesar a resposta nessa escala, conseqüentemente, a mensuração.

Cameoka e Moreira (2021) efetuaram três estudos nos quais estudantes universitários avaliaram fotografias de faces de homens (negros e brancos), bem como fotografias de objetos de uso cotidiano. Os autores esperavam utilizar o terceiro grupo de estímulos (objetos do cotidiano) como uma espécie de grupo controle, pois esperavam que os participantes os avaliassem enquanto neutros (nem bons, nem maus).

Para o primeiro experimento, Cameoka e Moreira (2021) selecionaram 75 participantes universitários de diferentes cursos de graduação, abordados remotamente e através de mensagens de e-mail ou aplicativo de mensagens por celular, ou pessoalmente na área de convivência de uma Instituição de Ensino Superior. Os dados foram coletados tanto presencial quanto virtualmente, sendo a coleta presencial realizada pela primeira autora, que é mulher e asiática. Quanto ao instrumento, utiliza-se um questionário informatizado feito na plataforma Formulários Google.

Quanto à seleção dos estímulos para o experimento, Cameoka e Moreira (2021)

optaram por usar como estímulos as fotografias disponibilizadas no Projeto Humanae, de autoria da fotógrafa Angélica Dass. Essa escolha baseou-se no caráter de apresentação padronizada dos modelos nas fotografias da fotógrafa, em que se verificava diversas fotografias de faces de homens e mulheres com o mesmo tamanho, qualidade, enquadramento e fundo da imagem. Outro fator de padronização que contribuiu para a escolha dos autores foi que as fotografias eram todas dos ombros para cima dos modelos, sem roupas, acessórios, adereços ou afins. Os critérios de seleção dessas fotografias foram, a partir do julgamento particular dos experimentadores: homens fenotipicamente brancos e negros com expressões faciais neutras. Quanto aos objetos do cotidiano, os autores também os escolheram arbitrariamente, conforme observação da qualidade da imagem disponibilizada na internet.

Sendo assim, para o primeiro experimento, foram selecionados 10 estímulos para homens fenotipicamente brancos, 10 estímulos para homens fenotipicamente negros e 10 estímulos para objetos do cotidiano. Sob a orientação “Aparecerão para você diversas imagens. Para cada uma delas, você deverá clicar na escala numérica correspondente, selecionando uma classificação de 1 a 10, de modo que 1 equivale a Mau, 5 e 6 a Neutro e 10 a Bom” (p. 99), os participantes iniciaram as respostas ao questionário, que foi composto por 60 itens, cada um com uma fotografia. Os estímulos foram apresentados em ordem aleatória, duas vezes cada um, sendo uma vez na primeira metade do questionário e a outra na segunda metade, ou seja, após o trigésimo item. Os experimentadores não delimitaram tempo máximo para a execução da atividade e possibilitaram a modificação de respostas a itens anteriores pelos participantes.

Os experimentos 2 e 3 adotaram procedimentos similares, com exceção da quantidade de participantes (40 e 30, respectivamente), da aplicação (exclusivamente online e exclusivamente presencial, respectivamente) e de estímulos no instrumento (homens fenotipicamente brancos/negros com leve sorriso + objetos cotidianos e 9 homens fenotipicamente brancos com leve sorriso/1 homem fenotipicamente branco com expressão neutra/7 homens fenotipicamente negros com expressão neutra/3 homens fenotipicamente negros com leve sorriso + objetos cotidianos, respectivamente).

No que diz respeito ao tratamento dos dados, todos os experimentos passaram por análise estatística, em que se calculou a média das pontuações dadas pelos participantes, o desvio padrão dessas médias, bem como a verificação de diferenças estatisticamente relevantes entre as diferenças apresentadas. Foi utilizada a curva t para a análise das variâncias. Para efetuar essa análise, Cameoka e Moreira (2021) consideraram os valores atribuídos entre 1 e 4 como de valência negativa, 5 e 6 como de valência neutra, e entre 7 e 10

como de valência positiva.

Sobre os resultados do primeiro experimento, Cameoka e Moreira (2021) apontam que: a média das avaliações das faces de homens negros foi de 6,15 pontos (com desvio padrão = 1,96 pontos), a média das avaliações das faces de homens brancos foi de 5,45 pontos (com desvio padrão = 1,96 pontos) e a diferença entre as médias desses dois conjuntos de faces foi estatisticamente significativa, com $t(1499) = 11,4885$, $p < 0,0001$, $d = -0,70$, 95% CI [-0,82, -0,58]. Além disso, os autores verificam que a média das avaliações de objetos foi de 6,6 (com desvio padrão = 2,28), e a diferença entre as médias das avaliações de objetos foi estatisticamente significativa tanto para a diferença entre as médias das faces de homens brancos quanto para das faces de homens negros.

Cameoka e Moreira (2021) também verificaram a variabilidade de avaliações nos estímulos intra conjuntos, para todos os conjuntos, sendo o de homens brancos com maior amplitude (mín. 3,7 e máx. 7,0 com amplitude de 3,3 pontos), seguido pelo de homens negros (mín 5,0 e máx. 6,9 com amplitude de 1,9 pontos) e objetos (mín 5,8 e máx 7,3 com amplitude de 1,5 pontos). Segundo os autores, esses resultados se assemelham aos resultados na fase pré-teste de uma pesquisa conduzida por Dixon e Lemke (2007), em que foi verificada a variabilidade entre as avaliações de um mesmo grupo racial, a diferença de médias entre as avaliações de grupos raciais distintos e avaliações predominantemente positivas para os objetos cotidianos, o que aponta para a não contribuição da utilização desse conjunto de estímulos para o controle experimental ou análise dos dados.

Já no segundo estudo, Cameoka e Moreira (2021) observaram avaliações positivas para todos os estímulos em ambos os conjuntos de faces, com a diferença de que neste conjunto os homens estavam com leve sorriso em vez de expressão facial neutra. Para os objetos, no entanto, os autores verificaram cinco avaliações positivas e cinco avaliações neutras. A média das avaliações das faces de homens negros foi de 7,30 pontos (com desvio padrão de 2,21 pontos) e de homens brancos foi 6,87 pontos (com desvio padrão de 2,16 pontos). A diferença entre ambas as médias também foi estatisticamente significativa, sendo $t(799) = 6,3624$, $p < 0,0001$, $d = -0,43$, 95% CI [-0,56, -0,30]. Quanto às avaliações dos objetos, a média foi de 6,05 pontos (com desvio padrão de 2,03 pontos) e a diferença entre as médias das avaliações dos objetos permaneceu estatisticamente significativa tanto com relação ao conjunto de homens brancos quanto com o de homens negros. Analogamente ao primeiro experimento, verificou-se variabilidade nas avaliações entre as faces que constituíam cada conjunto.

Cameoka e Moreira (2021) ao efetuarem uma comparação entre os resultados dos dois

primeiros estudos, apontam aumento estatisticamente significativo tanto na média das avaliações das faces de homens brancos, quanto nas de homens negros. No caso dos objetos, verificou-se uma diminuição entre os dados também estatisticamente significativa. Os autores comentam, mesmo salientando que as fotos dos homens nos diferentes conjuntos dos experimentos eram distintas, que os dados sugerem a presença do sorriso discreto como elemento indutor para avaliações mais positivas. Portanto, os autores entendem que “uma escolha metodológica por faces homogêneas quanto às expressões faciais” (p. 104) se configura como um controle importante para pesquisas relacionadas ao preconceito racial que se utilizam de estímulos com significados pré-experimentais.

No entanto, no estudo 3 foram encontrados resultados divergentes aos estudos anteriores, posto que apesar de ser verificada a diferença entre as médias da avaliação das faces de homens negros e de homens brancos, sendo esta mais bem avaliada para o primeiro grupo, Cameoka e Moreira (2021) não verificaram essa diferença como estatisticamente significativa. De acordo com os autores, esse resultado sugere uma produção de viés na avaliação dos participantes a partir da seleção proposital de faces com avaliações mais altas (brancos) e mais baixas (negros), reforçando

a hipótese a respeito da saliência da expressão facial como característica importante no controle do responder em um instrumento como a escala tipo Likert aqui utilizada [...] Ainda nesse mesmo sentido, observou-se que B8, o único estímulo de face de homem Branco não sorridente incluído neste estudo e o de maior avaliação no Estudo 1, obteve a menor avaliação no Estudo 3. Portanto, os resultados do Estudo 3, em conjunto com os dos Estudos 1 e 2, fortalecem a recomendação de seleção de estímulos a partir de critérios formais como fator relevante para o estudo de atitudes raciais, conforme apontado por de Carvalho e de Rose (2014) (p. 105).

Sobre as implicações presentes nesta publicação, tem-se a confirmação das conclusões justificadas com base nos resultados encontrados, fora o acréscimo da comparação de resultados a estudos similares já publicados por parte dos pesquisadores, com um nível de evidência excelente. Quanto às recomendações efetuadas pelos autores, notam-se algumas justificativas a respeito de decisões de procedimento experimental, e nesse sentido, as sugestões dos autores direcionam o leitor para a possibilidade de construção de novos experimentos com maior controle experimental com relação a variáveis específicas. Dentre os exemplos, temos a sugestão de Cameoka e Moreira (2021), também relacionada a identificação de limitações presentes no estudo, que em experimentos futuros, seja adotado um critério de seleção de faces mais criterioso e que aumente as possibilidades de isolamento

de estímulos faciais específicos (e.g. utilizar a foto de uma mesma pessoa com expressões faciais distintas) para resultados mais seguros a respeito do controle da avaliação dos participantes. Além disso, os autores recomendam para o enriquecimento de análise em estudos futuros

um maior controle de variáveis socioeconômicas, raciais e de gênero dos respondentes, bem como outras relacionadas à coleta de dados (e.g., presencial ou remoto; ambiente onde ela é feita), a fim de minorar a possibilidade de vieses (Holbrook, Johnson, & Krysan, 2019; West & Blom, 2016) (p. 107).

O sétimo artigo analisado foi o *Utilizando o Go-IRAP para mensurar vieses raciais em policiais* (sumarizado no Anexo H da presente pesquisa), das autoras Midiã de Souza Pereira e Bruna Colombo dos Santos, publicado em 2020 no periódico nacional *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTCC), em português, na área de psicologia. A instituição sede do estudo foi a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A pesquisa das autoras foi de caráter experimental, a partir de um delineamento quase experimental com o objetivo de investigar vieses raciais em policiais alocados no município de Feira de Santana/BA, através da análise do responder relacional, utilizando o Implicit Relational Assessment Procedure - IRAP, em sua versão codificada em um software JAVA chamado GO-IRAP.

A amostra foi composta inicialmente por 15 policiais militares (PM) do município de Feira de Santana, Bahia, sendo 7 homens e 4 mulheres. As idades variaram entre 23 e 49 anos (49, 36, 36, 36, 39, 34, 31, 23, 29, 40, 32) e quanto à autodeclaração racial dos sujeitos, tem-se 4 pessoas negras, 2 pessoas brancas, 2 pessoas não declaradas e 3 pessoas pardas. Pereira e Santos (2020) apresentaram como critérios de inclusão/exclusão os seguintes fatores: (1) preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); (2) estar em exercício profissional; (3) obter >90% de acerto no Questionário de Conceituação e (4) alcançar critério de acurácia e latência na fase de prática do Go-IRAP — devido a esse critério, foram excluídos 3 sujeitos da amostra de dados.

Com relação ao tratamento dos dados, Pereira e Santos (2020) relatam que a coleta de dados foi efetuada em dois ambientes, primeiramente em uma sala da Companhia Militar, e posteriormente na própria UEFS. As autoras descreveram os dois espaços enquanto ambientes privados e silenciosos, equipados por mesa, cadeiras e notebook. Os materiais utilizados no experimento foram (1) folha A4, onde o guia de orientação e o Questionário de conceituação foram impressos; (2) computador, Positivo UNIQUE s1991 (Intel® Celeron 847), utilizado

para tarefa no GO-IRAP. Somente as teclas necessárias para resposta (barra de espaço, letras ‘k’ e ‘d’) estavam disponíveis ao participante.

Pereira e Santos (2020) apontam como ferramentas da pesquisa: (1) Ficha Sociodemográfica; (2) Questionário de Conceituação; (3) Guia de Orientação; (4) software GO-IRAP. As autoras explicam que a Ficha Sociodemográfica continha informações sobre sexo, idade, cor/raça, escolaridade, patente, anos de trabalho na PM, outras profissões exercidas e realização de cursos (técnico ou superior) com o objetivo de delineamento do perfil dos participantes e enriquecimento da análise de dados.

O Questionário de Conceituação, instrumento de criação de Pereira e Santos (2020), foi utilizado para verificar se os participantes tinham familiaridade com as palavras presentes no Go-IRAP. Assim, foi apresentada uma palavra presente no software e os participantes tinham que assinalar a única alternativa verdadeira, dentre três, que contivesse o significado apropriado. Com isso, foi possível minimizar o enviesamento de dados por elementos não-raciais, verificando o quanto os participantes conheciam as palavras usadas no Go-IRAP.

O guia de orientação, também de autoria de Pereira e Santos (2020), é um roteiro explicativo de como proceder no Go-IRAP, e foi utilizado com o objetivo de minimizar possíveis interferências que a variação de explicações orais pode ocasionar. Pereira e Santos (2020) explicam que o “*software* GO-IRAP é um instrumento de avaliação computadorizado que permite avaliar as associações entre estímulos, de acordo com uma regra” (p. 8). A partir da latência e acurácia das respostas dos participantes, é feita essa mensuração. Uma vez que os estímulos precisam ser selecionados sob uma regra pré-estabelecida pelas experimentadoras, as autoras selecionaram dois tipos de instrução, divididas em “Pró-brancos” e “Pró-negros”, descritas respectivamente: “Responda com palavras POSITIVAS PARA BRANCOS e palavras NEGATIVAS PARA NEGROS”; e “Responda com palavras POSITIVAS PARA NEGROS e palavras NEGATIVAS PARA BRANCOS” (p. 9).

Pereira e Santos (2020) efetuaram o procedimento de modo que após a instrução feita aos participantes, uma tentativa seria iniciada. Cada tentativa consistiu na apresentação de um enunciado específico (Branco são ou Negro são) associado a um adjetivo positivo/negativo (inofensivo, bondoso, agressivo, suspeito, esforçado, desonesto, cruel, confiável, amigável, meliante, preguiçoso e honesto) e a possibilidade de resposta do participante no Go-IRAP, que tinham seu posicionamento alterado na tela (verdadeiro ou falso). A tarefa do participante consiste na seleção de uma dessas respostas, conforme a emissão da regra enunciada em

momento anterior à apresentação do bloco de tentativas. Num eventual erro do participante, um “X” vermelho se apresentaria na tela, e uma nova associação só seria apresentada mediante o acerto da resposta. Além disso, cada tentativa apresentada pelo IRAP, montada nesse esquema pelas autoras, possibilitou 4 tipos de tentativas: branco-positivo, branco-negativo, negro-positivo e negro-negativo. Por fim, os participantes foram orientados a responder da maneira mais rápida e com menos erros possível (PEREIRA; SANTOS, 2020). O procedimento teve como etapas a assinatura do TCLE, o preenchimento e avaliação do Questionário de Conceituação (caso o participante não obtivesse um acerto mínimo de 90% ele seria dispensado da pesquisa), a apresentação do Guia de Orientação, a aplicação do GO-IRAP, e por fim, a análise dos dados obtidos, sendo que uma etapa não seria iniciada sem a conclusão da anterior (PEREIRA; SANTOS, 2020). Os participantes demoraram, em média, de 45 a 50 minutos para a execução de todas as etapas até a tarefa em si. Contudo, as autoras ressaltam que a primeira autora, que se identifica enquanto mulher negra, permaneceu atrás dos participantes enquanto respondiam pela duração total do preenchimento do Go-IRAP, caso fosse necessária alguma assistência técnica (PEREIRA; SANTOS, 2020).

Quanto aos resultados, Pereira e Santos (2020) analisaram os dados coletados no Go-IRAP a partir de um cálculo feito pelo próprio software do D-score. Essa variável consiste na diferença entre o tempo médio de latência para a primeira resposta correta em cada um dos blocos (consistentes e inconsistentes) dividido pelo desvio padrão de todas as latências apresentadas nestes mesmos blocos, sendo que as latências maiores que 2000 ms não foram calculadas. A partir das análises dos D-scores médios de todos os participantes, Pereira e Santos (2020) observaram que na tentativa branco-positivo, os participantes responderam mais rapidamente para “falso”, assim como responderam mais rapidamente para “falso” no tipo de tentativa branco-negativo. Já no tipo de tentativa negro-positivo, os dados demonstram que os participantes responderam mais rápido para “verdadeiro”, e no tipo de tentativa negro-negativo, responderam mais rapidamente para “falso”.

Pereira e Santos (2020) então efetuaram um teste t, uma vez que os D-scores ganham maior relevância conforme seu valor se afasta de zero. O teste apontou que as tentativas do tipo “Branco” não possuem valores significativamente diferentes de zero, com $p > 0,05$ (branco-positivo: $p = 0,1$ e branco-negativo: $p = 0,3$). Contudo, as tentativas do tipo “Negro” apresentaram diferença estatisticamente significativa, com valores de $p < 0,05$ (negro-positivo com $p \cong 0,002$ e negro-negativo com $p \cong 0,002$).

Pereira e Santos (2020), então, comentam que as implicações dessas análises consistem na verificação de um tipo de viés pró-negro nos participantes da pesquisa,

diferindo-se de estudos similares. Nesse sentido, avalia-se as conclusões das autoras como justificadas em seus resultados. Contudo, Pereira e Santos (2020) sugerem para pesquisas futuras, a seleção de uma amostra maior de modo a conferir mais confiabilidade e consistência aos dados obtidos; fora a possibilidade de generalização dos resultados. Além disso, as autoras sugerem para que em experimentos futuros a utilização de instrumentos relacionados ao comportamento verbal dos participantes seja diversificada, para além do IRAP, além da possibilidade de análise de relatos verbais, como relatórios de serviço.

Entende-se esta publicação enquanto um excelente nível de evidência, uma vez que se utiliza de uma metodologia clara e objetiva de como abordar a questão do viés racial. Mesmo com resultados divergentes de outras literaturas, as autoras propiciam, com esta publicação, um caminho para outros pesquisadores seguirem. O modelo oferecido pelas autoras apresenta a possibilidade, sobretudo ao efetuarem discussões de possíveis variáveis intervenientes, de outros pesquisadores tentarem a reprodução do experimento investigando outros aspectos. A clareza na identificação da trajetória metodológica no texto também é excelente, quanto à identificação de limitações ou vieses, temos: a amostra pequena; a interferência da pesquisadora na aplicação da pesquisa devido a limitações ambientais; e a limitação instrumental ao IRAP sem a associação de demais instrumentos relevantes para investigar a atividade policial.

2.2.3 Integração e comparação dos dados

Para esta etapa da pesquisa, a presente seção se concentra em seis categorias de análise entre os artigos, sendo: (a) tipo do artigo e método; (b) concepção de racismo; (c) referências em destaque; (d) principais conceitos; (e) classificação da pesquisa em teórica, experimental ou mista e (f) observações importantes. Entre as sete publicações, temos três artigos voltados para a revisão de literatura, dois artigos voltados para a divulgação de experimentos, um relato de experiência clínica e um ensaio de análises funcionais não experimentais. É possível evidenciar entre os sete artigos, o apontamento coletivo para a baixa quantidade de publicações relacionadas à temática do preconceito racial na literatura analítico-comportamental. Entre as críticas apontadas, é possível sintetizá-las na questão da incipiência desse campo de pesquisa e seu caráter recente.

Entre outras similaridades, o caráter temporal de recenticidade é extraordinário: um artigo de 2016, um artigo de 2017, um artigo de 2018, dois artigos de 2019, um artigo de 2020 e um artigo de 2021. Ademais, entre os pontos comuns aos artigos, emerge como destaque a pesquisadora Táhcita Medrado Mizael, que se configura como autora principal de quatro, das

sete publicações e das outras três, é citada como referencial teórico em duas publicações. Ou seja, em seis dos sete artigos disponíveis sobre preconceito racial e Análise do Comportamento, Mizael emerge enquanto principal contribuinte para divulgação dessa área. Nesse sentido, ao se tratar da concepção de racismo presente nas publicações analítico-comportamentais, não por acaso existe uma espécie de homogeneidade interpretativa na área, primordialmente pautada pelas publicações de Mizael e de Rose, desde seus experimentos feitos e publicados aos exercícios de revisão da literatura na área.

De modo geral, os artigos tomam o preconceito racial enquanto atitude, numa interpretação analítico-comportamental das atitudes proposta por Guerin em 1994. Mizael e de Rose (2017) adequam a interpretação do autor sobre atitudes como comportamentos verbais, em que a depender do contexto, podem exercer função de tato, intraverbal ou mando, e aplicam para a compreensão e intervenção sobre o preconceito e Mizael, especificamente, comenta de maneira sistemática sobre o preconceito racial.

Esse modelo interpretativo suscita em duas implicações relevantes: a primeira, de que as atitudes são um comportamento operante, e portanto, selecionadas e conseqüenciadas pelo ambiente; a segunda, de que as atitudes podem ser aprendidas a partir de um histórico de aprendizagem direta, ou indireta/relacional (MIZAEI; DE ROSE, 2017). Enquanto a primeira implicação designa o caráter pragmático de operacionalização do preconceito para a Análise do Comportamento, a segunda implicação oferece possibilidades de utilização de modelos empíricos já sistematizados na literatura analítico-comportamental para que sejam criadas e testadas intervenções de modo a diminuir o preconceito racial.

No entanto, em Tavares e Kuratani (2019), há a especificidade do campo clínico, e nota-se a tentativa das psicólogas/autoras na construção, via relato de experiência, de uma discussão sobre as demandas específicas de pacientes negros(as) relacionadas ao preconceito racial. Essas autoras indicam como o analista do comportamento não tem aparato teórico ou tecnológico próprios para um atendimento clínico cujo foco de intervenção esteja relacionado ao preconceito racial, dependendo de experimentações particulares a partir das combinações entre um histórico de letramento racial particular de cada psicóloga e aplicação de regras de condução associadas a abordagens de atendimento clínicas.

Nesse sentido, o artigo de Tavares e Kuratani (2019) é o único a apresentar uma concepção ideológica do racismo desassociada da interpretação de atitudes proposta por Mizael e de Rose (2017). Apoiadas em Zamora (2012) e Schucman (2014), Tavares e Kuratani (2019) apresentam a perspectiva de suas fontes de que o racismo é uma ideologia apoiada na existência de raças inferiores a outras, de modo a atribuir crenças como

desigualdades sociais, culturais, políticas e psicológicas para legitimar diferenças sociais e julgamentos morais entre grupos raciais distintos a partir de supostas diferenças biológicas.

As autoras também apresentam, baseadas em Faro e Pereira (2011) e Schucman (2014), a noção de que essa distinção racial apesar de não possuir fundamentação biológica ou genética para que se faça a designação de grupos socialmente hierarquizados, ela existe no mundo social, prescindindo da legitimação da ciência e mediando a distribuição desigual de recursos relevantes como acesso à educação, à saúde, à moradia, à justiça e ao trabalho. Vale ressaltar que as autoras também apresentam em sua pesquisa, a particularidade do racismo no Brasil, e discutem que, no país, é a cor da pele — entre outros traços fenotípicos — a variável de associação ao conceito biológico do século XIX de raça.

Não que os demais artigos não se utilizem de outros autores para definição conceitual do racismo, porque o fazem. Entre as principais referências para definição do racismo, ou ainda, em breve comentário sobre o colorismo no Brasil, três artigos explicitam em sua introdução, definições do racismo.

Mizael e de Rose (2017) apresentam, na p. 366, o preconceito racial como

Definido como um conjunto de atitudes culturalmente condicionadas com relação a determinado grupo social ou indivíduo (Nelson, 2009; Schneider, 2004) [...] Conceituado como um conjunto de atitudes negativas com relação à indivíduos que possuem determinadas características físicas, cor ou etnia (Nogueira, 2006)

Pereira e Santos (2020), por sua vez, apresentam, nas p. 2-3:

O racismo pode ser compreendido como fenômeno que abarca concepções racialistas, desigualdades estruturais da sociedade e um conjunto de atitudes negativas, aprendidas culturalmente, que em geral, incluem conceber determinados grupos étnico-raciais como naturalmente subalternos e inferiores em seus aspectos morais, intelectuais e culturais (Guimarães, 1999; Nogueira, 2006; Zárate, 2009). [...] O racismo adquiriu novos contornos, passando de uma conformação explícita, para se manifestar também, e sobretudo, de forma sutil nas micro e macro inserções (Nogueira, 1998; Zamora, 2012).

Cameoka e Moreira (2021), por sua vez, apresentam na p. 94:

O preconceito racial é reconhecidamente um fenômeno complexo, podendo ser definido como um conjunto de atitudes negativas direcionadas a pessoas com determinadas características fenotípicas ou étnicas. Normalmente ele se manifesta na forma de discriminação e estereótipos, que por sua vez podem concretizar-se, no contexto social, em diversos comportamentos específicos, com distintas funções, tais como a exclusão, tratamentos desfavoráveis no

trabalho e abusos, entre outros (Guerin, 2005; Mizael & de Rose, 2017)

A diferença mais proeminente das diferentes concepções de racismo apresentadas entre os artigos não é de ordem teórica enquanto definição do racismo, mas sim em sentido operacional.

Tavares e Kuratani (2019) discutem o contexto do preconceito racial na clínica analítico-comportamental a partir das definições conceituais do racismo, e utilizam referências técnicas para atuação de profissionais da psicologia com foco nas relações raciais, para uma espécie de proposição incipiente que aponta para repertórios comportamentais desejáveis por parte do terapeuta/psicólogo para que consiga atender às demandas de pessoas negras. Nesse sentido, o artigo das autoras supracitadas vai de encontro com uma recomendação feita por Mizael, Gomes e Silva (2019), da necessidade e possibilidade de construção de uma clínica analítico-comportamental antirracista. Entre os repertórios desejáveis para o terapeuta, Tavares e Kuratani (2019) indicam: acolhimento via audiência não punitiva, estabelecimento de vínculo terapêutico e estabelecimento de análises funcionais de modo a investigar quais as relações estabelecidas entre a experiência de racismo e o sofrimento psíquico relatados pelo paciente (sendo que essa habilidade em particular depende do “letramento racial” do terapeuta, de modo a reeducar o indivíduo em uma perspectiva antirracista e identificar em que momento no processo de identificação com a própria identidade o paciente se encontra). Outra concepção de racismo a ser pontuada diz respeito ao artigo de Mizael e Sampaio (2018), por ser o único que explora o nível de seleção cultural dos comportamentos que apresentam funções vinculadas ao preconceito racial. Diferenciando-se de propostas focadas em processos comportamentais individuais, os autores deste artigo citam estudos interessados na ênfase dos processos culturais em vigor no fenômeno do racismo quando apresentado em contexto institucional.

De maneira geral, o predomínio de pesquisas teóricas é claro, pois essa classificação se faz presente em cinco dos sete artigos selecionados, de modo que apenas dois podem ser classificados enquanto pesquisa experimental. Além disso, ambos os artigos experimentais apresentam dificuldades relacionadas ao controle experimental, a temática do preconceito racial é muito recente e muitos procedimentos exploram novas variáveis. Existem muitas dúvidas, existem muitos caminhos a se explorar, experimentos a partir do paradigma de equivalência de estímulos ainda não apresentam resultados sistemáticos e consistentes na literatura, e novas maneiras de se analisar o preconceito racial emergem em incontáveis possibilidades de investigação e intervenção.

Em vista disso, pode-se apontar como referências em destaque presentes nos artigos, bem como principais conceitos os seguintes: Guerin (1994; 2005), relacionado a interpretação analítico-comportamental das atitudes, bem como a preocupação de se identificar a funcionalidade dos comportamentos identificados enquanto racistas; Sidman e Tailby (1982), relacionados ao paradigma de equivalência de estímulos; Hayes, Barnes-Holmes e Roche (2001), relacionados a Teoria de Molduras Relacionais (RFT); de Carvalho e de Rose (2014), Mizael, de Almeida, Silveira e de Rose (2016), Dixon e Lemke (2007), Barnes-Holmes et al. (2010), Mizael e de Rose (2017), relacionados à produção científica majoritariamente presente na interface entre preconceito racial e Análise do Comportamento.

Considerações finais

Diante dos artigos encontrados e da discussão feita nas seções anteriores, é possível perceber que, por mais que a Análise do Comportamento ainda deixe muito a desejar no que tange às investigações acerca do preconceito racial, é visível e notório o esforço de algumas pesquisadoras e pesquisadores, pelo menos nos últimos sete anos, para a inserção e disseminação do tema na comunidade científica analítico-comportamental no Brasil. Certamente de um esforço direta e facilmente identificável por parte da autora Tâhcita Medrado Mizael, nota-se a divulgação sistemática, desde 2016, de discussões analítico-comportamentais acerca do preconceito racial desses autores. Desde a primeira revisão bibliográfica feita constatando a ausência de artigos publicados sobre o preconceito racial em periódicos de Análise do Comportamento, mais artigos foram publicados e mais discussões foram, e ainda estão sendo gradativamente introduzidas. Essa divulgação tem colhido frutos, especialmente nos últimos anos, com o surgimento de outros estudos, com outros autores, em caráter ainda muito incipiente e limitado na maioria das vezes à pesquisa básica. Pensando na articulação entre teoria, pesquisa básica e pesquisa clínica, é possível identificar o interesse de alguns pesquisadores na temática e que estão contribuindo para a área, em diferentes prismas presentes nesta relação triangular.

Entretanto, algumas questões devem ser consideradas. A maior limitação da área ainda está relacionada à criação de intervenções eficazes na redução do preconceito racial, o que deve se configurar enquanto movimento a ser recordado constantemente. Pela própria proposta a qual se coloca a ciência, em sua potencialidade de superação de mazelas sociais, a Análise do Comportamento ainda tem muito a contribuir para a diminuição do preconceito racial em todos os níveis de seleção, mesmo não se enganando com a dificuldade e complexidade dessa tarefa. Outro ponto a ser considerado, é o caráter igualmente incipiente frente às particularidades do contexto brasileiro e como estas afetam possíveis análises funcionais, intervenções ou mesmo, delineamentos experimentais e desenvolvimento de estudos.

Como sugestão para pesquisas futuras, o presente trabalho indica a exploração de mais bancos de dados, particularmente investigações voltadas para resumos de dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado, de modo a efetuar um mapeamento de possíveis avanços que existem na área, novos experimentos, sistematização de resultados, entre outros e que ainda não foram publicados em periódicos. Também se indica a diversificação de buscadores, considerando o acréscimo da teoria de molduras relacionais como um campo a ser explorado.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda. **The danger of a single story**. Palestra proferida no TED Talk, Long Beach (Califórnia), jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em 14 mar. 2022.
- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BAUM, William. **Comprender o behaviorismo**. 3a ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4119&ano=1962&ato=72eEzY61kMVRVT56e>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- CAMEOKA, Michelli Carrijo.; MOREIRA, Márcio Borges. Preconceito racial: viés na mensuração de atitudes produzido por controle de estímulos. **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 29, n. 1, p. 93-112, 2021.
- CARNEIRO, Karina da Silva.; SANTOS, Bruna Colombo dos. Valores Feministas na Clínica Comportamental: Reflexões Baseadas em bell hooks. **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 29, n. 2, p. 61-79, 2021.
- GUERIN, Bernard. Análise do comportamento e a construção social do conhecimento [Behavior analysis and the social construction of knowledge]. (Original publicado em 1992). **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 5, n. 1, p. 117-137, 2009.
- GUERIN, Bernard. Attitudes and beliefs as verbal behavior. **The Behavior Analyst**, v. 17, n. 1, p. 155-163, 1994.
- HOLLAND, J. Behaviorism, part of the problem or part of the solution? **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 11, p. 163-174, 1978.
- LIMA, Ana Carolina Santos do Amaral. **Uma revisão de literatura sobre questões raciais voltada para a negritude pela abordagem da análise do comportamento**. Orientadora: Ana Carolina Santos do Amaral. 2020. 80 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.
- LEONARDI, Jan Luiz; VELASCO, Saulo Missiaggia. Bases filosóficas da análise do comportamento e o desenvolvimento das terapias comportamentais. In: ANTÚNEZ, Andrés Eduardo Aguirre; SAFRA, Gilberto. **Psicologia clínica: da graduação à pós-graduação**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018, p. 71-77.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 118-133, 2013.

MIZAEL, Tahcita Medrado.; GOMES, Ariane Rico.; SILVA, Gabriela Jheniffer Teixeira. 2019. “Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo”. Em **Comportamento em foco**, p. 120-135. n. 9. Coleção Análises teóricas, educação e questões sociais. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental – ABPMC, 2019. ISBN 978-85-65768-09-2

MIZAEL, Tahcita Medrado.; ROSE, Julio Cesar Coelho de. Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios. **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 25, n. 3, p. 365-377, 2017.

MIZAEL, Tahcita Medrado.; SAMPAIO, Angelo A. S. Racismo Institucional: Aspectos Comportamentais e Culturais da Abordagem Policial. **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 27, n. 2, p. 215-231, 2019.

MIZAEL, Tahcita Medrado.; SANTOS, Silvana Lopes dos.; ROSE, Julio Cesar Coelho de. Contribuições do Paradigma de Equivalência de Estímulos para o Estudo das Atitudes. **Interação em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 124134, 2016.

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto. **Princípios básicos de análise do comportamento**. 2a ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

MOORE, Jay. Behavior analysis, mentalism, and the path to social justice. **The Behavior Analyst**, v. 26, n. 2, p. 181-193, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1a ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PEREIRA, Midiã de Souza.; SANTOS, Bruna Colombo dos. Utilizando o Go-IRAP para mensurar vieses raciais em policiais. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 22, p. 1-23, 2020.

SACCO, Airi M.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; KOLLER, Sílvia H. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. **Temas psicol.**, v. 24, n. 1, p. 233-250, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

SILVA, Haney Soares. **Implicações psicanalíticas sobre o racismo brasileiro: um estudo sobre possibilidades**. 2021. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro: ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. 1a ed. Editora Lebooks, 2019.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Compreender o behaviorismo**. Tradução: Maria da Penha Villalobos. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006

SKINNER, Burrhus Frederic. **Reflections on behaviorism and society**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978.

SKINNER, Burrhus Frederic. Seleção por consequências. **Rev. bras. ter. comport. cogn.** São Paulo, v. 9, n. 1, p. 129-137, 2007.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, v. 39, n. 18, 2019.

TODOROV, João Claudio. Behaviorismo e análise experimental do comportamento. Em **Cadernos de Análise do Comportamento**, n. 3, p. 10-23, 1982.

TODOROV, João Claudio; HANNA, Elenice S. Análise do comportamento no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. spe, 2010.

Anexos

ANEXO A — Exemplo de instrumento para coleta de dados⁴

A. Identificação	
Título do Artigo:	
Título do Periódico:	
Autores:	Nome:
	Local de Trabalho:
	Graduação:
País:	
Idioma:	
Ano de publicação:	
B. Instituição sede do estudo	
Hospital:	
Universidade:	
Centro de pesquisa:	
Instituição única:	
Pesquisa multicêntrica:	
Outras instituições:	
Não se identifica o local:	
C. Tipo de publicação	
Publicação de psicologia:	
Publicação médica:	
Publicação de outra área da saúde. Qual?	
D. Características metodológicas do estudo	
1. Tipo de publicação	1.1 Pesquisa <input type="checkbox"/> Abordagem quantitativa <input type="checkbox"/> Delineamento experimental <input type="checkbox"/> Delineamento quase-experimental <input type="checkbox"/> Delineamento não-experimental <input type="checkbox"/> Abordagem qualitativa 1.2 Não pesquisa <input type="checkbox"/> Revisão de literatura <input type="checkbox"/> Relato de experiência <input type="checkbox"/> Outras:
2. Objetivo ou questão de investigação:	
3. Amostra	3.1 Seleção <input type="checkbox"/> Randômica <input type="checkbox"/> Conveniência <input type="checkbox"/> Outra 3.2 Tamanho (n) <input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Final 3.3 Características Idade: Sexo: M () F () Raça: Diagnóstico: Tipo de cirurgia: 3.4 Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos
4. Tratamento dos dados	
5. Intervenções realizadas	5.1 Variável independente: 5.2 Variável dependente: 5.3 Grupo controle: sim () não () 5.4 Instrumento de medida: sim () não () 5.5 Duração do estudo: 5.6 Métodos empregados para mensuração da intervenção:
6. Resultados:	
7. Análise	7.1 Tratamento estatístico 7.2 Nível de significância
8. Implicações	8.1 As conclusões são justificadas com base nos resultados 8.2 Quais são as recomendações dos autores
9. Nível de evidência:	
E. Avaliação do rigor metodológico	
Clareza na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultados):	
Identificação de limitações ou vieses:	

Fonte: SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

⁴ Efetuou-se a modificação do instrumento para melhor adequar-se à presente pesquisa. No campo “C. Tipo de publicação”, onde se encontra “Publicação de psicologia” originalmente seria “Publicação de enfermagem”.

ANEXO B — Artigo Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”

A. Identificação	
Título do Artigo: Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”	
Título do Periódico: Psicologia: Ciência e Profissão [online]	
Autora(s):	Nome: Jeanne Sadya Campos Tavares e Sayuri Miranda de Andrade Kuratani Local de Trabalho: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, BA, Brasil. Graduação: Jeanne Sadya Campos Tavares, Psicóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFREB). Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISCC/UFBA). Salvador – BA. Sayuri Miranda de Andrade Kuratani, Psicóloga. Mestre pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia. Psicóloga técnica do Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Santo Antônio de Jesus – BA, Brasil.
País: Brasil	
Idioma: Português	
Ano de publicação: 2019	
B. Instituição sede do estudo	
Hospital:	
Universidade: Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	
Centro de pesquisa:	
Instituição tímica:	
Pesquisa multicêntrica:	
Outras instituições:	
Não se identifica o local:	
C. Tipo de publicação	
Publicação de psicologia: Sim	
Publicação médica:	
Publicação de outra área da saúde: Qual?:	
D. Características metodológicas do estudo	
1. Tipo de publicação	1.1 Pesquisa () Abordagem quantitativa () Delimitação experimental () Delimitação quase-experimental () Delimitação não-experimental () Abordagem qualitativa 1.2 Não pesquisa () Revisão de literatura (X) Relato de experiência () Outras:
2. Objetivo ou questão de investigação: analisar a experiência de atendimento clínico de duas mulheres autodeclaradas negras, universitárias, atendidas no Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, nos quais foram identificadas e mapeadas repercussões psicológicas geradas pela experiência de sofrer racismo.	
3. Amostra	3.1 Seleção () Randômica (X) Conveniência () Outra 3.2 Tamanho (n = 2) (2) Inicial (2) Final 3.3 Características Idade: 20 e 30 Sexo: M () F (X) Raça: negra Diagnóstico: não se aplica Tipo de cirurgia: não se aplica 3.4 Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos: serem autodeclaradas negras, serem atendidas no Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, possuírem questões relacionadas às repercussões psicológicas geradas pela experiência de sofrer racismo.
4. Tratamento dos dados: A condução dos casos seguiu a Terapia Analítico Comportamental, utilizando a perspectiva da Psicoterapia Analítico Funcional (Kohlenberg, & Tsai, 2001) e Terapia de Aceitação e Compromisso (Hayes, Strosahl, & Wilson, 1999), abordagem adaptada pela primeira autora. No entanto, devido ao fato do relato ser compartilhado com uma terapeuta cognitivo-comportamental (a segunda autora), optou-se por destacar aspectos gerais da condução dos atendimentos que possam auxiliar ou suscitar reflexões entre psicólogos de orientações teóricas diversas.	
5. Intervenções realizadas: acolhimento e estabelecimento de aliança terapêutica (realizações empíricas; demonstrações explícitas de interesse, audácia não punitiva); identificação do racismo como origem do sofrimento psíquico (manejo clínico da vida; uso de metáforas; uso da autorrevelação; modelos de vulnerabilidade e expressão de sentimentos.)	5.1 Variável independente: não se aplica 5.2 Variável dependente: não se aplica 5.3 Grupo controle: sim () não (X) 5.4 Instrumento de medida: sim () não (X) 5.5 Duração do estudo: 17 e 21 sessões de atendimento, respectivamente. Sessões individuais, semanais, em consultório e com tempo médio de 50 minutos. 5.6 Métodos empregados para manutenção da intervenção: não se aplica
6. Resultados: experiência de estabelecimento de vínculo seguro e saudável, o aumento do repertório de habilidades sociais, elevação da autoestima e desenvolvimento de capacidade de autocuidado/autocuidado nos sujeitos.	
7. Análise	7.1 Tratamento estatístico: Não se aplica. 7.2 Nível de significância: Não se aplica.
8. Implicações	8.1 As conclusões são justificadas com base nos resultados: Sim 8.2 Quais são as recomendações dos autores: "Neste artigo, buscamos indicar possibilidades e suscitar questões relacionadas ao atendimento clínico oferecido à população negra brasileira e contribuir para uma melhor compreensão na psicologia clínica acerca das especificidades desta população. Neste breve relato, pode-se perceber que a falta de sensibilidade cultural (habilidade de compreender e aprender sobre pessoas cuja formação cultural é diferente) e de competência cultural (estar adequadamente preparado ou qualificado) entre os profissionais da saúde mental pode causar disparidades na quantidade e qualidade do atendimento psicoterapêutico prestado a esta população. A fim de demonstrar possibilidades de ressignificação das práticas clínicas destinadas a esta população, destacamos que a terapeuta se empenhou em adequar suas intervenções e rever seu posicionamento social e subjetivo ao ser sensibilizada pelo sofrimento de Carolina e Terça. Neste percurso, "validava e separava os sentimentos de insegurança, medo e raiva das mulheres, a medida em que reconhecia e acolhia seus próprios ansios e medos em conduzir uma questão tão pouco debatida na psicologia clínica e no seu contexto social. O desenvolvimento da relação terapêutica mudou ambas (paciente-psicóloga), num processo em que Carolina e Terça permitiram-se ser elas mesmas, criando uma relação autêntica e modificadora, redefinindo a forma como estas se percebem e como a terapeuta percebe a si mesma, enquanto psicóloga e cidadã."
9. Nível de evidência: Estatisticamente - Não se aplica. Qualitativamente - Pequeno, uma vez que o relato verbal das pacientes foi a única fonte de verificação da diminuição do sofrimento. No entanto, considerando-se a escassez de produção de material expostos pelas autoras e experimentados pela presente pesquisadora, o nível de evidência apesar de ser considerado baixo/pequeno, não se entende enquanto menos relevante do que outros tipos de evidência.	
E. Avaliação do rigor metodológico	
Clareza na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos/participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultados): Considerando a natureza de um estudo de caso, a metodologia foi bastante clara.	
Identificação de limitações ou vieses: Identificação da lacuna teórico-prática no campo da psicologia clínica brasileira para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra. Concepção de racismo apresentada pelas autoras. Ser um relato de experiência de experiências singulares de duas pesquisadoras de abordagens distintas. Não sistematização de modo geral.	

Fonte: SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

ANEXO C — Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das

A. Identificação	
Título do Artigo: Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes	
Título do Periódico: <i>Interação em Psicologia</i>	
Autores:	Nome: Tabárcia Medrado Mizael, Silvana Lopes dos Santos, Filipe Cesar Coelho de Rose Local de Trabalho: Universidade Federal de São Carlos Graduação: Indisponível no artigo
País: Brasil	
Idioma: Português	
Ano de publicação: 2016	
B. Instituição sede do estudo	
Hospital:	
Universidade: Universidade Federal de São Carlos, departamento de Psicologia, Laboratório de Estudos do Comportamento Humano (LECH)	
Centro de pesquisa:	
Instituição única:	
Pesquisa multicêntrica:	
Outras instituições:	
Não se identifica o local:	
C. Tipo de publicação	
Publicação de psicologia: Sim	
Publicação médica:	
Publicação de outra área da saúde: Qual?	
D. Características metodológicas do estudo	
1. Tipo de publicação	1.1 Pesquisa <input type="checkbox"/> Abordagem quantitativa <input type="checkbox"/> Delimitação experimental <input type="checkbox"/> Delimitação quasi-experimental <input type="checkbox"/> Delimitação não-experimental <input type="checkbox"/> Abordagem qualitativa
	1.2 Não pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Revisão de literatura <input type="checkbox"/> Relato de experiência <input type="checkbox"/> Outras:
2. Objetivo ou questão de investigação: apresentar algumas contribuições do paradigma de equivalência de estímulos como uma das possíveis maneiras de se estudar a formação e mudança de atitudes, apresentando, especificamente, uma metodologia que pode ser útil para estudar esse assunto.	
3. Amostra	3.1 Seleção <input type="checkbox"/> Randômica <input checked="" type="checkbox"/> Conveniência: os autores elegem referências para alcançar seu objetivo de forma não sistematizada, com maior ou menor grau de detalhamento conforme suas preferências. <input type="checkbox"/> Outras: 3.2 Tamanho (n): 56, considerando-se o total de referências do artigo, uma vez que todas foram utilizadas, em maior ou menor grau de detalhamento, para atingir o objetivo proposto <input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Final 3.3 Características: Não se aplica Idade: Sexo: M () F () Raça: Diagnóstico: Tipo de cirurgia:
4. Tratamento dos dados: Não se aplica	3.4 Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos: Não se aplica
5. Intervenções realizadas: Não se aplica	5.1 Variável independente: Não se aplica 5.2 Variável dependente: Não se aplica 5.3 Grupo controle: sim () não () 5.4 Instrumento de medida: sim () não () 5.5 Duração do estudo: Não se aplica 5.6 Métodos empregados para mensuração da intervenção: Não se aplica
6. Resultados: "As pesquisas [...] mostraram como estímulos com uma valência neutra podem passar a ser considerados positivos ou negativos, a partir de emparelhamentos indiretos. Da mesma forma, foi possível constatar também que estímulos considerados inicialmente positivos ou negativos podem ter seus graus de valência modificados e ou revertidos, após uma breve história de treino (ou seja, um treino cuja duração varie entre minutos e poucas horas). Tais constatações sugerem que a avaliação do objeto, pessoa e evento pode emergir a partir de uma rede de relações arbitrárias e não somente por meio da experiência direta com tais estímulos. Assim, relações entre estímulos (por exemplo, A-B e A-C) podem ser ampliadas pela emergência de relações não intencionais (e.g. B-A, C-A, B-C), assim como pela transferência de funções (se A1 tem uma função discriminativa ou elicitora, B1 e C1 provavelmente também terão tal função, mostrando o potencial gerativo deste modelo, ou seja, a existência de relações que não podem ser explicadas por meio do ensino direto. Esse caráter gerativo tem implicações, por exemplo, ao se estudar formas de preconceito atitudinal que se originaram, a despeito de não terem tido uma história direta de reforçamento." (p. 150). A economia de ensino e a facilidade das relações também são características desse paradigma, uma vez que possibilitam tanto a compreensão quanto a intervenção dessas relações estabelecidas arbitrariamente, ou seja, sem um contato direto com o estímulo. Para além do paradigma de estímulos para o estudo das atitudes, os autores também apontam outros paradigmas que visam atingir essa compreensão, como os estudos baseados em condicionamento clássico e os estudos baseados na teoria das medidas relacionais, que para além das relações de equivalência entre estímulos, discutem outros tipos de relações estabelecidas entre esses estímulos, como relações de coordenação, hierarquia, oposição etc.	
7. Análise: não se aplica	7.1 Tratamento estatístico: Não se aplica 7.2 Nível de significância: Não se aplica
8. Implicações: Ainda que o paradigma de equivalência de estímulos não seja a única forma de se analisar as atitudes, seu modelo experimental oferece maneiras de se conceber como as atitudes podem ser formadas e modificadas, sem a necessidade de uma história de aprendizagem direta. A partir de uma literatura com procedimentos experimentais bem estabelecidos e resultados sistemáticos/condicionais com os fenômenos observados, há a necessidade de expansão desta área. Essa expansão seria fundamental para a análise do comportamento, uma vez que permite a análise de atitudes. Destacam-se as atitudes relacionadas ao preconceito e aos estereótipos (que podem apresentar consequências negativas para indivíduos ou grupos de indivíduos estigmatizados) que podem ocorrer com base em informações que, além da possibilidade de estarem incorretas, sequer possuem um contato direto com esses indivíduos ou grupos. Considerando-se o interesse da análise do comportamento em oferecer contribuições sociais relevantes, esse campo de pesquisa, ainda em desenvolvimento, aponta para o caráter promissor na elaboração de intervenções eficazes e benéficas para as pessoas que são rotineiramente estigmatizadas.	
9. Nível de evidência: Estatisticamente não se aplica. Qualitativamente, como o estudo se vale de uma apresentação não sistemática da literatura experimental da área, pode-se dizer que seu nível de evidência é pequeno. Contudo, considerando-se a proposta dos próprios autores e a apresentação discutida das fontes escolhidas, temos a apresentação de estudos e pesquisas experimentais sobre o assunto, descrevendo de maneira clara e objetiva os experimentos feitos, visando desde os princípios teóricos fundamentais para suas elaborações e objetivos, metodológicos e resultados até uma discussão mais geral entre pesquisadores da área, apontando críticas, hipóteses e como os estudos mudaram a partir disso, e continuam a mudar, o que é, dentro dos parâmetros analítico-comportamentais, um excelente nível de evidência. Julgando o artigo enquanto sua proposta, e a escassez de estudos analítico-comportamentais sobre preconceito racial, compreende-se enquanto nível de evidência satisfatório.	
E. Avaliação de rigor metodológico	
Clareza na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultados). O artigo é bastante claro em sua intenção, e descreve de forma clara o objetivo e o que foi feito e qual o objetivo de estudo. É um artigo que apresenta a visão dos autores sobre como o paradigma de equivalência de estímulos apresenta evidências e indícios de sua relevância para a ciência comportamental, de modo a contribuir para uma noção de divulgação científica de como os estudos experimentais dessa área têm contribuído para a compreensão e intervenção de atitudes preconceituosas. Nesse sentido, o artigo é bastante honesto em se propor a conhecer o leitor de como esse recorte da análise do comportamento é promissor e espera expandir os horizontes da área para a formulação de novas intervenções que contribuam benéficas e efetivamente diversas populações que são estigmatizadas continuamente.	
Identificação de limitações ou vieses: Todos as limitações e vieses são expostos no artigo. Os pesquisadores partem da própria experiência com a área de modo a tentar comunicar o leitor de que os estudos são promissores no que é essencialmente o objetivo geral da análise do comportamento: explicar, interpretar, prever e controlar o comportamento. Nesse sentido, a própria fundamentação teórica é uma visão (mesmo no recorte analítico-comportamental, explicita-se como o paradigma de equivalência de estímulos não é a única forma de se abordar a questão, mas é a forma que escolheram pesquisar), bem como a experiência de pesquisa dos autores na área. Foram feitos determinados artigos e estudos de maneira não sistemática, mas com um objetivo claro: divulgação da área e interesse em que sejam feitas mais pesquisas sobre o assunto buscando por as intervenções analítico-comportamentais para a diminuição do preconceito.	

atitudes

Fonte: SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

ANEXO D — Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios

A. Identificação	
Título do Artigo: Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios	
Título do Periódico: Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análise de Comportamento	
Autores:	<p>Nome: Tábata Medrado Mizael e Júlio César de Rose</p> <p>Local de Trabalho: Os autores são filiados ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Processo No. 573972/2008-7) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo No. 2008/57705-8).</p> <p>Graduação: Tábata M. Mizael é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo No. 15/10225-5). Júlio C. de Rose é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.</p>
País: México	
Idioma: Português	
Ano de publicação: 2017	
B. Instituição sede do estudo	
Hospital:	
Universidade:	
Centro de pesquisa:	
Instituição única:	
Pesquisa multicêntrica:	
Outras instituições: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE)	
Não se identifica o local:	
C. Tipo de publicação	
Publicação de psicologia: Sim	
Publicação médica:	
Publicação de outra área da saúde. Qual?	
D. Características metodológicas do estudo	
1. Tipo de publicação	<p>1.1 Pesquisa</p> <p><input type="checkbox"/> Abordagem quantitativa</p> <p style="margin-left: 20px;"><input type="checkbox"/> Delimitação experimental</p> <p style="margin-left: 20px;"><input type="checkbox"/> Delimitação quase-experimental</p> <p style="margin-left: 20px;"><input type="checkbox"/> Delimitação não-experimental</p> <p><input type="checkbox"/> Abordagem qualitativa</p> <p>1.2 Não pesquisa</p> <p><input type="checkbox"/> Revisão de literatura</p> <p><input type="checkbox"/> Relato de experiência</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Outras: Estudo interpretativo</p>
2. Objetivo ou questão de investigação: "realizar um estudo interpretativo sobre o preconceito racial, baseado nos pressupostos e achados experimentais analítico-comportamentais sobre este fenômeno e temas a ele relacionados."	
3. Amostra	<p>3.1 Seleção</p> <p><input type="checkbox"/> Randômica</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Conveniência: os autores elegem referências para alcançarem seu objetivo de forma não sistematizada, com maior ou menor grau de detalhamento conforme suas preferências.</p> <p><input type="checkbox"/> Outra</p> <p>3.2 Tamanho (n): 43, considerando-se o total de referências do artigo, uma vez que todas foram utilizadas, em maior ou menor grau de detalhamento, para atingir o objetivo proposto</p> <p><input type="checkbox"/> Inicial</p> <p><input type="checkbox"/> Final</p> <p>3.3 Características: não se aplica</p> <p>Idade:</p> <p>Sexo: M() F ()</p> <p>Raça:</p> <p>Diagnóstico:</p> <p>Tipo de cirurgia:</p> <p>3.4 Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos: não se aplica</p>
4. Tratamento dos dados: não se aplica	
5. Intervenções realizadas: não se aplica	<p>5.1 Variável independente:</p> <p>5.2 Variável dependente:</p> <p>5.3 Grupo controle: sim () não ()</p> <p>5.4 Instrumento de medida: sim () não ()</p> <p>5.5 Duração do estudo:</p> <p>5.6 Métodos empregados para mensuração da intervenção:</p>
6. Resultados: "Todos os estudos supracitados corroboram as explicações analítico-comportamentais advindas do paradigma de equivalência de estímulos e da RFT, sobre a possibilidade de que relações 'intrínsecas' e estereotípicas ou relativas a categorias sociais não treinadas e somente relacionadas indiretamente podem emergir, que a transferência e a transformação de funções descrevem eventos experimentalmente demonstráveis (e demonstrados) e, de maneira geral, como podem ser complexas as redes relacionais, por seu caráter dinâmico e relacional. A relação entre os operantes verbais tato, intra-verbal e mando e o preconceito racial, por sua vez, pode ser estabelecida ao ressaltar que, por serem operantes, estão sujeitos às contingências de reforçamento dispostas pela comunidade verbal, às quais, muitas vezes, reforçam comportamentos preconceituosos. Tais relações envolvem categorias verbais analisadas funcionalmente, as quais podem ou não fazer parte de relações de equivalência, hierarquia, oposição, etc.". Possibilidade de benefício mútuo entre psicologia social e análise do comportamento a partir da contribuição dos métodos e formas da segunda e produção teórica externa da primeira sobre o fenômeno do preconceito racial.	
7. Análise: Não se aplica	
8. Implicações	
<p>7.1 Tratamento estatístico</p> <p>7.2 Nível de significância</p> <p>8.1 As conclusões são justificadas com base nos resultados: Sim</p> <p>8.2 Quais são as recomendações dos autores: Que os analistas do comportamento produzam mais acerca do preconceito racial a partir da interpretação enquanto atitude. "Sugere-se a articulação com o amplo corpo de conhecimentos advindo de outras áreas, especialmente da psicologia social, que tem trabalhado com o tema desde longa data, para auxiliar na construção de experimentos, assim como de modelos explicativos para a formação, manutenção e, principalmente, redução do preconceito racial."</p>	
9. Nível de evidência: Em uma avaliação qualitativa, esse estudo interpretativo dos autores é de grande relevância para a área, ainda é tão incipiente. Considerando a exposição de diversos experimentos que corroboram para a possibilidade do estudo do preconceito racial a partir da exposição sistemática de resultados com base em modelos como o paradigma de equivalência de estímulos ou a teoria das medições relacionais, entende-se o estudo como um excelente nível de exigência. O artigo sintetiza o panorama de experimentos e principais conceitos de interesse à área, contribuindo significativamente para a divulgação científica desse tipo de estudo.	
E. Avaliação do rigor metodológico	
Clareza na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultados): Excelente	
Identificação de limitações ou vieses: Limitações relacionadas a escassez de produções analítico-comportamentais sobre o preconceito racial. "Um assunto que se relaciona intimamente com o foco desta pesquisa e que não foi abordado, são os processos que atuam no terceiro nível de seleção pelas consequências, ou seja, no nível cultural. Acredita-se que uma análise de como as práticas discriminatórias podem ser selecionadas e mantidas, a partir das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais existentes, vai além do nosso escopo de pesquisa, e merece um trabalho próprio, sendo necessária para ampliar o leque de possibilidades da análise do comportamento, especialmente na realização de aplicações que tenham como objetivo a redução do preconceito racial."	

Fonte: SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

ANEXO E — Racismo Institucional: Aspectos Comportamentais e Culturais da Abordagem Policial

A. Identificação	
Título do Artigo: Racismo Institucional: Aspectos Comportamentais e Culturais da Abordagem Policial	
Título do Periódico: Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento	
Autores:	Nome: Talicia Medrado Mizael e Angelo A. S. Sampaio
	Local de Trabalho: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do Vale do São Francisco (Uivasf)
	Graduação: Indisponível no artigo.
País: México	
Idioma: Português	
Ano de publicação: 2019	
B. Instituição sede do estudo	
Hospital:	
Universidade: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do Vale do São Francisco (Uivasf)	
Centro de pesquisa:	
Instituição única:	
Pesquisa multicêntrica:	
Outras instituições:	
Não se identifica o local:	
C. Tipo de publicação	
Publicação de psicologia: Sim	
Publicação médica:	
Publicação de outra área da saúde: Qual?	
D. Características metodológicas do estudo	
1. Tipo de publicação	1.1 Pesquisa
	() Abordagem quantitativa
	() Delimitação experimental
	() Delimitação quase-experimental
	() Delimitação não-experimental
	() Abordagem qualitativa
	1.2 Não pesquisa
	() Revisão de literatura
	() Relato de experiência
	(X) Outras: Exercício teórico de análises funcionais de macrocontingências relacionadas ao fenômeno do racismo institucional presente na Polícia Militar
2. Objetivo ou questão de investigação: mostrar maneiras de se interpretar o racismo institucional a partir da análise comportamental da cultura.	
3. Amostra	3.1 Seleção
	() Randômica
	(X) Conveniência
	() Outra
	3.2 Tamanho (n): não se aplica
	() Inicial
	() Final
	3.3 Características: não se aplica
	Idade
	Sexo: M () F ()
	Raça:
	Diagnóstico:
	Tipo de cirurgia:
	3.4 Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos: não se aplica
4. Tratamento dos dados: "após a apresentação das definições de racismo institucional e de alguns de seus indicadores, o fenômeno foi relacionado à análise comportamental das organizações. Em seguida, uma interpretação sobre o racismo institucional na Polícia Militar foi proposta, evidenciando que, para sua modificação, alterações em seu ambiente selecionador (composto fundamentalmente por outros órgãos da SSP estadual) seriam necessárias. Entretanto, a possibilidade de existirem consequências culturais que estejam mantendo o racismo institucional precisa ser avaliada de modo empírico, antes que qualquer tipo de intervenção possa ser proposto."	
5. Intervenções realizadas: não se aplica	5.1 Variável independente:
	5.2 Variável dependente:
	5.3 Grupo controle: sim () não ()
	5.4 Instrumento de medida: sim () não ()
	5.5 Duração do estudo:
	5.6 Métodos empregados para mensuração da intervenção:
6. Resultados: "o racismo institucional cometido pela Polícia Militar a partir das abordagens foi analisado, delineando que, provavelmente, mudanças na Secretaria de Segurança Pública (ou equivalentes a esta), i.e., no seu ambiente selecionador devam ser um foco em futuras intervenções que objetivem a diminuição do racismo institucional. Adicionalmente, outros aspectos culturais envolvidos no racismo institucional também foram brevemente abordados, como a aprendizagem direta do preconceito racial que pode ocorrer a partir de alto número de ocorrências com pessoas negras, a justificativa à abordagem diferenciada a partir da "guerra às drogas" e o macrocomportamento de abordar majoritariamente pessoas negras e pobres, gerando, como um dos efeitos cumulativos, o número desproporcional de ocorrências com negros e pobres. Alguns dos principais fatores envolvidos na manutenção dessas práticas são a impunidade, ou seja, a ausência de consequências para os comportamentos e/ou CCEs envolvidos, e os processos mantenedores da abordagem diferenciada, que geram sistematicamente um maior número de condenações e/ou prisões a pessoas negras, mesmo quando indevidas."	
7. Análise	7.1 Tratamento estatístico
	Não se aplica
	7.2 Nível de significância
	Não se aplica
8. Implicações	8.1 As conclusões são justificadas com base nos resultados
	Não se aplica, dado o caráter de ensaio do artigo em questão. Positivos análises funcionais acerca do fenômeno racismo institucional no contexto da Polícia Militar foram expostas, mas os autores apontam a necessidade da efetuação de verificações empíricas acerca do proposto.
	8.2 Quais são as recomendações dos autores
	"Este trabalho constitui um primeiro passo no compromisso da análise comportamental da cultura para com causas sociais de relevância científica e, principalmente, social. Espera-se que ele possa auxiliar outros pesquisadores interessados nessa e em temáticas relacionadas a realizar análises, mesmo que exploratórias, que possam, no futuro, guiar pesquisas empíricas e propostas de intervenção sobre a questão."
9. Nível de evidência: Considerando a natureza do estudo, seu nível de evidência é baixo, ponto apontado pelos próprios autores em que relatam a ausência de verificações empíricas acerca do preconceito racial a nível cultural. Contudo, a natureza desse estudo não o isenta de sua relevância, no passo que os autores confrontam o próprio leitor a buscar a elaboração de suas verificações empíricas exploradas ao longo do artigo. Os autores não definem experimentos, não apontam resultados, mas efetuam análises funcionais em alguns recortes de macrocontingências no contexto específico do racismo institucional na PM, o que de certa forma contribui para uma fundamentação teórica para futuras investigações empíricas sobre o tema, de modo que sejam incentivadas futuras produções voltadas tanto para a compreensão desse fenômeno e das variáveis de controle mais prominentes em seu contexto, quanto para a busca de intervenções que visem a diminuição do fenômeno investigado.	
E. Avaliação do rigor metodológico	
Clareza na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultados): Excelente	
Identificação de limitações ou vieses: Apresentação de "concepções preliminares sobre uma análise comportamental da cultura voltada para o preconceito racial". Análise incipiente e que ainda pode se expandir em análises de diversas outras questões, apontadas pelos autores como: "uma análise pormenorizada dos fatores mantenedores de abordagens mais frequentes, maior número de prisões e/ou de assassinatos por policiais de pessoas negras em detimento dos brancos, fatores que podem estar relacionados a prisões injustas, como bonificações aos policiais que apreenderem certo número de armas, drogas ou realizarem certo número de prisões (e.g., Anistia Internacional, 2015), etc." Por fim, "muitas afirmações apresentadas sobre o funcionamento da PM e de suas abordagens policiais não se basearam em dados coletados sistematicamente."	

Fonte: SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

ANEXO F — Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo

A. Identificação	
Título do Artigo: Negritude e análise do comportamento: Publicações, relevância e caminhos para seu estudo	
Título do Periódico: Não se aplica (Publicação de capítulo de livro (ebook) - Comportamento em foco 9: análises teóricas, educação e questões sociais publicado pela Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental - ABPMC)	
Autores:	Nome: Thárcira Madraro Miral, Ariane Rico Gomes e Gabriela Jusaffer Teodoro Silva
	Local de Trabalho: UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
	Graduação: Não foi disponibilizado.
País: Brasil	
Idioma: Português	
Ano de publicação: 2019	
B. Instituição sede do estudo	
Hospital:	
Universidade: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	
Centro de pesquisa:	
Instituição única:	
Pesquisa multicêntrica:	
Outras instituições:	
Não se identifica o local	
C. Tipo de publicação	
Publicação de psicologia: Sim	
Publicação médica:	
Publicação de outra área da saúde: Qual?	
D. Características metodológicas do estudo	
1. Tipo de publicação	<input type="checkbox"/> 1.1 Pesquisa <input type="checkbox"/> Abordagem quantitativa <input type="checkbox"/> Delimitação experimental <input type="checkbox"/> Delimitação quase-experimental <input type="checkbox"/> Delimitação não-experimental <input type="checkbox"/> Abordagem qualitativa <input checked="" type="checkbox"/> 1.2 Não pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Revisão de literatura <input type="checkbox"/> Relato de experiência <input type="checkbox"/> Outras:
2. Objetivo ou questão de investigação: "analisar pesquisas da análise do comportamento com questões raciais, de modo a justificar o estudo dessa temática, elencar a produção a respeito do tema e apontar novas propostas de investigação."	
3. Amostra	<input type="checkbox"/> 3.1 Seleção <input type="checkbox"/> Randomizada <input type="checkbox"/> Conveniência <input checked="" type="checkbox"/> Outra: "foi feita uma revisão das pesquisas publicadas nas principais revistas de análise do comportamento nacionais e internacionais sobre a temática negritude. O critério de inclusão dos artigos foi o ano da temática segregada na perspectiva analítico-comportamental, independentemente do tipo de pesquisa e data de publicação. As palavras-chave buscadas foram: racismo, preconceito racial, discriminação racial, negro, preconceito, racial e intervenção e seus equivalentes em inglês. O termo negro foi traduzido como "Black" e como "afro-Americana" no inglês. A busca dos artigos foi realizada em duas etapas. Na primeira, foram revisados três periódicos nacionais, sendo eles: Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC), Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) e Revista Perspectivas em Análise do Comportamento. Na segunda etapa, foram revisados nove periódicos internacionais: Acta Comportamentalia, Behavior Analysis, Research and Practice, Behavior and Social Issues, Journal of Applied Behavior Analysis, Journal of Contextual Behavioral Science, Journal of the Experimental Analysis of Behavior, The Analysis of Verbal Behavior, The Behavior Analyst e The Psychological Record. A busca dos artigos foi realizada em julho de 2017."
3.2 Tamanho (n)	<input type="checkbox"/> Inicial <input type="checkbox"/> Final
3.3 Características: Não se aplica	
Idade	
Sexo: M () F ()	
Raça:	
Diagnóstico:	
Tipo de cirurgia:	
3.4 Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos: "O critério de inclusão dos artigos foi tratar da temática negritude da perspectiva analítico-comportamental, independentemente do tipo de pesquisa e data de publicação."	
4. Tratamento dos dados: "As palavras-chave buscadas foram: racismo, preconceito racial, discriminação racial, negro, preconceito, racial e intervenção e seus equivalentes em inglês. O termo negro foi traduzido como "Black" e como "afro-Americana" no inglês. A busca dos artigos foi realizada em duas etapas. Na primeira, foram revisados três periódicos nacionais, sendo eles: Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC), Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) e Revista Perspectivas em Análise do Comportamento. Na segunda etapa, foram revisados nove periódicos internacionais: Acta Comportamentalia, Behavior Analysis, Research and Practice, Behavior and Social Issues, Journal of Applied Behavior Analysis, Journal of Contextual Behavioral Science, Journal of the Experimental Analysis of Behavior, The Analysis of Verbal Behavior, The Behavior Analyst e The Psychological Record. A busca dos artigos foi realizada em julho de 2017."	
5. Intervenções realizadas: não se aplica	
5.1 Variável independente:	
5.2 Variável dependente:	
5.3 Grupo controle: sim () não ()	
5.4 Instrumento de medida: sim () não ()	
5.5 Duração do estudo:	
5.6 Métodos empregados para mensuração da intervenção:	
6. Resultados: "Na busca realizada nos periódicos nacionais não foram encontrados artigos que tratassem da temática negritude. Nos periódicos internacionais, foram encontrados dez artigos sobre o tema, sendo que seis deles foram publicados em um mesmo periódico (The Psychological Record). Somente 35 anos após a primeira publicação sobre a temática o artigo foi publicado. Desde então, poucos estudos foram publicados, apesar de haver uma tendência de um novo artigo publicado a cada um ano e meio, em média. Outro dado que merece destaque é que a maioria dos artigos publicados o Procedimento de Avaliação Relacional Implícita foi utilizado (RAP - Implicit Relational Assessment Procedure) emerge como temática relevante nos estudos encontrados. Existem poucos estudos da AC no que se refere ao tema "negritude". Entre os principais procedimentos encontrados, há: teste de Reforçamento Diferencial, o Procedimento de Avaliação Relacional Implícita (RAP), o Teste de Equivalência de Estímulos e o Teste de Medidas Relacionais (RT). Como embasamentos teóricos principais, encontra-se a interpretação de Geller do preconceito racial enquanto estudo, e sua contribuição para a necessidade de elaboração de análises funcionais para a compreensão/atribuição estereótipos como racista, de modo a elaborar intervenções distintas conforme o contexto para maior eficácia.	
7. Análise	
7.1 Tratamento estatístico: não se aplica	
7.2 Nível de significância: não se aplica	
8. Implicações	
8.1 As conclusões são justificadas com base nos resultados: Sim	
8.2 Quais são as recomendações dos autores: "Há necessidade de mais pesquisas analítico-comportamentais sobre a temática negritude, com foco interventivo e em populações de diferentes culturas e idiomas (sendo em vista que a maior parte dos estudos encontrados foram realizados com adultos). A maioria dos estudos foram publicados em revistas internacionais, no entanto, três pesquisas publicadas em três periódicos foram de autores brasileiros. A despeito disso, há a necessidade de mais pesquisas divulgadas no Brasil, em português, sobre a questão racial brasileira, que pode ser diferente da encontrada em outros países, como os Estados Unidos e, também possibilitando que indivíduos que não tiveram oportunidade de aprender inglês tenham acesso à literatura. Outras sugestões de pesquisa são: estudos sobre o preconceito a partir de análises culturais, utilizando, por exemplo, conceitos como matracantagem e macracantagem (se adequado), estudos sobre questões raciais como o preconceito a partir de diálogos molinara relacionais (e.g., oposição, hierarquia, diferença), análise e criação de estratégias de controle, como as cores raciais; além disso, e fazendo um paralelo com os tergos analítico-comportamentais feministas, pesquisas que culminem no desenvolvimento de terapias analítico-comportamentais anti-actives são muito bem-vindas."	
9. Nível de evidência: Excelente	
E. Avaliação do rigor metodológico	
Clareza na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultado): Excelente	
Identificação de limitações ou vieses: Limitação da plataforma de busca aos periódicos em análise do comportamento, sejam internacionais ou nacionais.	

Fonte: SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

ANEXO G — Preconceito racial: viés na mensuração de atitudes produzido por controle de estímulos⁵

A. Identificação	
Título do Artigo: Preconceito racial: viés na mensuração de atitudes produzido por controle de estímulos	
Título do Periódico: Acta Comportamentista: Revista Latina de Análisis de Comportamiento	
Autores:	Nome: Michelly Carriz Carneola e Mirco Borges Moraes
	Local de Trabalho: UacUEUB – Centro Universitário de Brasília e Instituto Walden 4
	Graduação: Não disponibilizado no artigo.
País: México	
Idioma: Português	
Ano de publicação: 2011	
B. Instituição sede do estudo	
Hoje(s):	
Universidade:	
Centro de pesquisa: UacUEUB – Centro Universitário de Brasília	
Instituição(s) atual:	
Pesquisa acadêmica:	
Outras instituições: Instituto Walden 4	
Não se identifica o local:	
C. Tipo de publicação	
Publicação de psicologia: Sim	
Publicação médica:	
Publicação de outra área da saúde: Qual?	
D. Características metodológicas do estudo	
1. Tipo de publicação	
1.1 Pesquisa	
<input checked="" type="checkbox"/> Abordagem quantitativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Desenho experimental	
<input type="checkbox"/> Desenho quase-experimental	
<input type="checkbox"/> Desenho não-experimental	
<input type="checkbox"/> Abordagem qualitativa	
1.2 Não pesquisa	
<input type="checkbox"/> Revisão de literatura	
<input type="checkbox"/> Relatório de experiência	
<input type="checkbox"/> Outra:	
2. Objetivo ou questão de investigação: verificar o efeito de diferentes faces de homens Negros e Brancos, com diferentes características (e.g., cabelo, tom de pele, fisionomia) sobre o comportamento de avaliar faces em uma escala tipo Likert de 10 pontos variando entre "mais" e "menos" (atitude em relação às faces), e se a seleção de estímulos pode envolver a resposta nessa escala e, conseqüentemente, a mensuração.	
3. Amostras: Participantes do experimento 1 = 75 universitários de diferentes cursos de graduação, aborígenes, predominantemente de etnia indígena e de etnia não indígena por ocasião do posicionamento na área de convivência de uma Instituição de Ensino Superior; Participantes do experimento 2 = 40 pessoas, sendo 20 do público em geral, incluindo universitários e não universitários, e 18 estudantes de psicologia de uma Instituição de Ensino Superior; Participantes do experimento 3 = 19 universitários de uma Instituição de Ensino Superior.	
3.1 Seleção	
<input type="checkbox"/> Randomizada	
<input checked="" type="checkbox"/> Conveniência	
<input type="checkbox"/> Outra	
3.2 Tamanho (n): 1 = Experimento 1; 2 = Experimento 2; 3 = Experimento 3	
(75) Inicial 1; (40) Inicial 2; (30) Inicial 3	
(75) Final 1; (40) Final 2; (30) Final 3	
3.3 Características:	
Idade: não informado	
Sexo: M () F () não informado	
Raça: não informado	
Diagnóstico: não se aplica	
Tipo de cirurgia: não se aplica	
3.4 Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos: não se aplica.	
4. Tratamento dos dados: Todos os experimentos passaram por análise estatística, em que se calculou a média das pontuações dadas pelos participantes, o desvio padrão dessas médias, bem como a verificação de diferenças estatisticamente significativas entre as diferenças de pontuações. Foi utilizada a curva para a análise das variáveis.	
5. Intervenções realizadas	
5.1 Variável independente: diferentes faces de homens Negros e Brancos	
5.2 Variável dependente: o comportamento de avaliar faces em uma escala tipo Likert (atitude em relação às faces)	
5.3 Grupo controle: sim (X) não () - um conjunto de diferentes objetos cotidianos, mas estes não se verificaram como um bom grupo controle, uma vez que seus resultados variaram significativamente entre estudos.	
5.4 Instrumento de medida: sim (X) não () - Escala de tipo Likert	
5.5 Direção do estudo: não se aplica	
5.6 Métodos empregados para mensuração da intervenção: não se aplica	
6. Resultados: "Tomados em conjunto, os resultados dos Estudos 1, 2 e 3 sugerem que é necessário investigar em mais detalhes a influência de diferentes características de faces humanas sobre o comportamento de avaliar no contexto de pesquisas sobre atitudes raciais, particularmente em estudos baseados no paradigma de equivalência de estímulos. Os resultados aqui relatados são muito empíricos e propõem de De Carvalho e de Rose (2014) de que pesquisas nessa área se beneficiarão de uma seleção mais formal dos estímulos envolvendo faces. Pode-se verificar a elevação das avaliações médias de Negros e Brancos do Estudo 1 para o Estudo 2, juntamente com o aumento de frequência de avaliações positivas. Também se percebeu que o desvio padrão pouco variou entre os estudos, revelando que os conjuntos de estímulos utilizados, apesar das manipulações efetuadas, resultaram em avaliações com dispersões semelhantes em relação às médias, o que por sua vez pode ser mais um indicio da heterogeneidade de atributos que exerceram controle sobre o comportamento de avaliar. Em relação ao Estudo 3, o dado mais valioso é que a diferença entre as médias de Negros e Brancos deixou de ser significativa. A variabilidade nas avaliações de faces de homens de mesma raça, reportada nos três estudos, sugere que para se utilizar a raça como uma variável independente é preciso considerar que essa variável, pelo menos quando materializada na forma de faces, na verdade é um conjunto de variáveis (e.g., fisionomia, presença ou ausência de cabelo, tipo e forma do cabelo, diferentes tonalidades de pele, sã de agarrar, forma física aparente, expressão facial etc.)."	
7. Análise: "No Estudo 1 = "A média das avaliações das faces de homens Negros foi 6.15 (DP = 1.96) e a média das avaliações das faces de homens Brancos foi 5.41 (DP = 1.96). A diferença entre as médias das avaliações de faces de homens Brancos e homens Negros foi estatisticamente significativa, $t(149) = 11.885$, $p < 0.0001$, $d = -0.70$, 95% CI [-0.82, -0.58]. A média das avaliações de objetos foi 6.8 (DP = 2.23). A diferença entre as médias das avaliações de objetos e faces de homens Brancos foi estatisticamente significativa, $t(149) = 15.3017$, $p < 0.0001$, $d = -1.12$, 95% CI [-1.26, -0.97], assim como a diferença entre as médias das avaliações de objetos e faces de homens Negros, $t(149) = 5.8183$, $p < 0.0001$, $d = -0.41$, 95% CI [-0.56, -0.27]. Verificou-se variabilidade nas avaliações entre as fotografias que constituíram cada conjunto. As médias das avaliações de cada face de homens Brancos variaram entre 3.7 (SD) = 7.0 (BS), amplitude de 3.3 pontos, no passo que as médias das avaliações de cada face de homens Negros variaram entre 5.0 (SD) = 6.9 (BS), amplitude de 1.9 pontos. Se as médias das avaliações de cada objeto variaram entre 5.8 (SD) = 7.3 (BS), amplitude de 1.5 pontos. No Estudo 2 = "A média das avaliações das faces de homens Negros foi 7.38 (DP = 2.21) e a de homens Brancos foi 6.87 (DP = 2.16). A diferença entre estas médias foi estatisticamente significativa, $t(79) = 4.904$, $p < 0.0001$, $d = -0.45$, 95% CI [-0.56, -0.30]. A média das avaliações dos objetos foi 6.05 (DP = 2.03) e a diferença entre as médias das avaliações de objetos e de faces de homens Brancos foi estatisticamente significativa, $t(79) = 8.7918$, $p < 0.0001$, $d = 0.51$, 95% CI [0.63, 1.00], assim como a diferença entre médias das avaliações de objetos e de faces de homens Negros, $t(79) = 15.2854$, $p < 0.0001$, $d = 1.25$, 95% CI [1.06, 1.45]. Além das diferenças entre as médias de cada conjunto de estímulos, a semelhança do Estudo 1, verificou-se variabilidade nas avaliações entre as faces que constituíram cada conjunto. As médias das avaliações de cada face de homens Brancos variaram entre 6.3 (SD) = 7.5 (BS), amplitude de 1.2 pontos e as de cada face de homem Negro entre 6.4 (NS) = 8.3 (NS), amplitude de 1.9 pontos. As médias das avaliações de cada objeto variaram entre 5.8 (SD) = 6.8 (SD), amplitude de 1.0 pontos. Ao compararmos os resultados do Estudo 2 com os do Estudo 1 houve um aumento estatisticamente significativo na média das avaliações das faces de homens Brancos, $t(239) = 15.9573$, $p < 0.0001$, $d = -1.42$, 95% CI [-1.59, -1.25], assim como das de homens Negros, $t(239) = 12.7659$, $p < 0.0001$, $d = -1.14$, 95% CI [-1.32, -0.97]. No caso dos objetos, houve uma diminuição, também significativa, $t(239) = 3.3439$, $p < 0.0001$, $d = 0.51$, 95% CI [0.33, 0.70]. No Estudo 3 = "Formas observadas avaliações positivas ou neutras para todos os estímulos. A seleção de objetos O10 (Tabela 3). As médias das avaliações das faces de homens Negros variaram entre 6.9 (SD) = 8.1 (SD), enquanto as de homens Brancos variaram entre 6.7 (SD) = 6.9 (SD) e as de faces de homens Brancos variaram entre 6.8 (SD) = 6.8 (SD). A média das avaliações das faces de homens Negros variou de 6.18 (DP = 1.88), enquanto as de homens Brancos foi 6.02 (DP = 2.04) e a dos objetos foi 6.67 (DP = 2.52). Os resultados do Estudo 3 mostraram que, embora a média das avaliações das faces de homens Negros seja os maiores valores à média das avaliações das faces de homens Brancos, essa diferença, derivada do que foi verificado nos Estudos 1 e 2, deixou de ser estatisticamente significativa, $t(99) = 1.6959$, $p = 0.094$, $d = -0.15$, 95% CI [-0.23, 0.02]. Com relação aos objetos, assim como nos Estudos 1 e 2, a diferença entre as médias das avaliações dos objetos e de faces de homens Brancos foi estatisticamente significativa, $t(99) = 4.8597$, $p < 0.0001$, $d = -0.65$, 95% CI [-0.91, -0.39] e entre as médias das avaliações dos objetos e de faces de homens Negros também, $t(99) = 6.6650$, $p < 0.0001$, $d = -0.50$, 95% CI [-0.76, -0.25]."	
8. Implicações	
8.1 As conclusões são justificadas com base nos resultados. Sim, bem como também de comparações e estudos similares já publicados.	
8.2 Quais são as recomendações dos autores: Uma limitação deste trabalho foi a utilização de estímulos diferentes entre os Estudos 1 e 2. Essa decisão foi tomada por conveniência, pois o banco de fotografias utilizado não continha mais do que uma imagem de cada pessoa. No entanto, isso significa que não foi possível isolar os atributos que ocorreram a variação do comportamento de avaliação dos participantes entre os dois estudos. Sob esta perspectiva, a literatura sobre colorismo (Olson & Telus, 2017) permite sugerir a existência de uma correlação entre o tipo de pele, bem como entre o tipo de cabelo, e as avaliações reportadas nos Estudos 1, 2 e 3 deste trabalho. Isso significa que homens com a cor de pele mais escura e com características negativas mais acentuadas deveriam ter avaliações mais negativas do que os daqueles com pele mais clara e menos características negativas. Uma resposta mais precisa a esta questão demandaria uma análise formal, que não foi empreendida no presente estudo, mas a principal mensagem visual dos dados de avaliação dos estímulos (Tabelas 1, 2 e 3, Figuras 1 e 2) não parece apoiar essa possibilidade. As atitudes que se busca medir, e que dependem dos antecedentes manipulados neste e em outros papéis que utilizam estímulos com significado social, tiveram dois propósitos mais funções moldadas pela comunidade verbal. Se é assim, chama-se a atenção para o próprio grau de validade dessas medidas como não se considere o contexto em que ocorrem. É operacionalmente difícil obter que tipo de função específica cada estímulo adquiriu na cabeça de cada participante de pesquisa. Nesse sentido, é preciso considerar a possibilidade de cada fotografia de uma face estar relacionada, por exemplo, a experiências muito particulares, negativas ou positivas, reforçadas ou punidas, de agressão ou de acolhimento, com pessoas cujos atributos físicos sejam em alguma medida parecidos com os das pessoas retratadas, mas que eventualmente não foram no aspecto racial.	
9. Nível de evidência: Excelente	
E. Avaliação do rigor metodológico	
Checar na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultados): Excelente	
Identificação de limitações ou vieses: Uma limitação deste trabalho foi a utilização de estímulos diferentes entre os Estudos 1 e 2. Essa decisão foi tomada por conveniência, pois o banco de fotografias utilizado não continha mais do que uma imagem de cada pessoa. No entanto, isso significa que não foi possível isolar os atributos que ocorreram a variação do comportamento de avaliação dos participantes entre os dois estudos. Sob esta perspectiva, a literatura sobre colorismo (Olson & Telus, 2017) permite sugerir a existência de uma correlação entre o tipo de pele, bem como entre o tipo de cabelo, e as avaliações reportadas nos Estudos 1, 2 e 3 deste trabalho. Isso significa que homens com a cor de pele mais escura e com características negativas mais acentuadas deveriam ter avaliações mais negativas do que os daqueles com pele mais clara e menos características negativas. Uma resposta mais precisa a esta questão demandaria uma análise formal, que não foi empreendida no presente estudo, mas a principal mensagem visual dos dados de avaliação dos estímulos (Tabelas 1, 2 e 3, Figuras 1 e 2) não parece apoiar essa possibilidade. As atitudes que se busca medir, e que dependem dos antecedentes manipulados neste e em outros papéis que utilizam estímulos com significado social, tiveram dois propósitos mais funções moldadas pela comunidade verbal. Se é assim, chama-se a atenção para o próprio grau de validade dessas medidas como não se considere o contexto em que ocorrem. É operacionalmente difícil obter que tipo de função específica cada estímulo adquiriu na cabeça de cada participante de pesquisa. Nesse sentido, é preciso considerar a possibilidade de cada fotografia de uma face estar relacionada, por exemplo, a experiências muito particulares, negativas ou positivas, reforçadas ou punidas, de agressão ou de acolhimento, com pessoas cujos atributos físicos sejam em alguma medida parecidos com os das pessoas retratadas, mas que eventualmente não foram no aspecto racial.	

Fonte: SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

⁵ Modificou-se a seção "Análise" do documento para melhor acomodar os dados estatísticos.

